

Análise das Unidades de
Desenvolvimento Humano da
Região Metropolitana de
Goiânia pelo IDHM

2000
&
2010



SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Thiago Mello Peixoto da Silveira

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Thiago Camargo Lopes

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB

Lillian Maria Silva Prado - Superintendente

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o IMB é responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Marcos Fernando Arriel

Gerência de Contas Regionais e Indicadores

Dinamar Maria Ferreira Marques

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Eduiges Romanatto

Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Marcelo Eurico de Sousa

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Carlos Antônio Melo Cristóvão

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste
74125-125 – Goiânia – Goiás
Tel: (62) 3201-6695/8481
Internet: www.imb.go.gov.br, www.segplan.go.gov.br
e-mail: imb@segplan.go.gov.br

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB

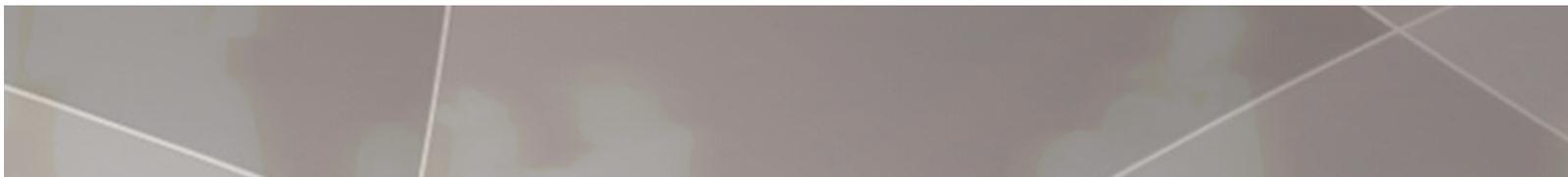
**Análise das Unidades de Desenvolvimento
Humano da Região Metropolitana de Goiânia
pelo IDHM – 2000 e 2010**

Novembro/2015

SEGPLAN
IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS



APRESENTAÇÃO

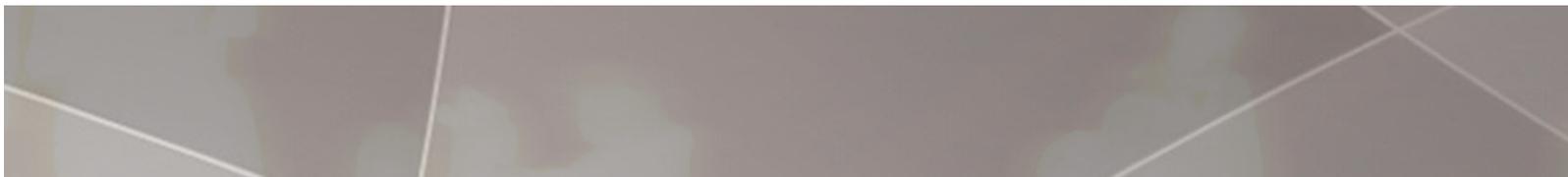
A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan), por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) coloca à disposição do público mais um estudo sobre a realidade econômica e social de Goiás. Trata-se da Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Goiânia pelo IDHM – 2000 e 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que retrata o crescimento econômico e as condições de vida e bem-estar das pessoas nas escalas estadual e municipal, já havia sido divulgado, fruto de minucioso trabalho realizado pela Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e PNUD Brasil. Os índices goianos foram objeto de análise do IMB que resultou no documento *Análise do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Goianos IDHM - 1991, 2000 e 2010* divulgado em 2014.

Numa iniciativa inédita das três mencionadas instituições, com a colaboração do IMB, recentemente foi divulgado o referido índice, nas dimensões Educação, Longevidade e Renda juntamente com uma série de dados socioeconômicos em nível intramunicipal – Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), conceito próximo ao de bairros, para as regiões metropolitanas. No caso da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), objeto do presente estudo, foram identificadas 256 UDHs.

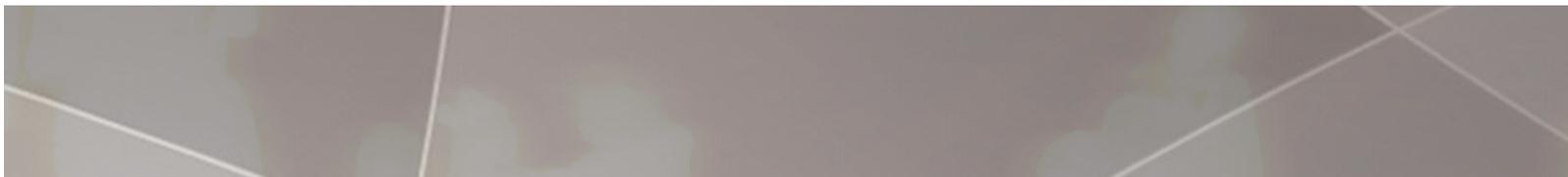
A partir dos índices e dados socioeconômicos das UDHs da RMG foi possível avaliar as transformações e o desenvolvimento ocorrido entre os anos de 2000 e 2010, o que é o objetivo principal do trabalho. Desta forma, verificou-se, numa escala menor, como foi o comportamento econômico e social das pessoas num período em que Goiás experimentou grandes avanços, iniciados principalmente no fim da década de 1990, que delinearum um novo perfil socioeconômico do Estado.

Com mais este estudo disponível, o IMB cumpre mais uma vez sua honrosa missão de subsidiar o planejamento das ações do governo e ao mesmo tempo continuar a informar a sociedade sobre a realidade socioeconômica goiana.



Sumário

Introdução	9
1. Regiões Metropolitanas	10
2. Índice de Desenvolvimento Humano: Aspectos Conceituais e Metodológicos	12
3. Análise das Dimensões do IDHM da Região Metropolitana de Goiânia em suas Unidades de Desenvolvimento Humano.....	16
3.1 Dimensão Geral	17
3.2 Dimensão Longevidade.....	24
3.3 Dimensão Renda.....	30
3.4 Dimensão Educação.....	36
4. Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Goiânia pelas Faixas de Classificação do IDHM 2010	41
4.1 Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano Muito Alto	41
4.1.1 A Longevidade nas UDHS de Desenvolvimento Humano Muito Alto	43
4.1.2 A Renda nas UDHS de Desenvolvimento Humano Muito Alto	45
4.1.3 A Educação nas UDHS de Desenvolvimento Humano Muito Alto.....	48
4.2 Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano com IDHM Alto.....	49
4.2.2 A Renda nas UDHS de Desenvolvimento Humano Alto.....	55
4.2.3 A Educação nas UDHS de Desenvolvimento Humano Alto	57
4.3 Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano com IDHM Médio	60
4.3.1 A Longevidade nas UDHS de Desenvolvimento Humano Médio.....	62
4.3.2 A Renda nas UDHS de Desenvolvimento Humano Médio.....	64
4.3.3 A Educação nas UDHS de Desenvolvimento Humano Médio.....	66
Considerações Finais.....	71
Referências	74



Introdução

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inicia uma nova medida de comparação entre os países em que se leva em consideração, não apenas o crescimento econômico de uma nação, mas também, as condições de vida e bem-estar das pessoas. Diante dessa nova medida de análise do desenvolvimento humano, o Brasil, por meio da Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e PNUD Brasil, iniciou o cálculo desse índice em nível municipal.

Em 2014, com a publicação do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, passou-se a calcular esse índice em nível intramunicipal – Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs). Estas não se confundem com as áreas de ponderação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pois, buscam gerar áreas mais homogêneas das condições socioeconômicas, a fim de captar a diversidade no interior dos espaços intrametropolitanos (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014). Com isso, tem-se a possibilidade de acompanhar e comparar (entre 2000 e 2010) o desenvolvimento, o mais próximo possível da realidade atual nas UDHs dos municípios que compõem uma região metropolitana e revelar uma realidade escondida nas médias dos indicadores agregados.

Os indicadores, antes existentes em menor escala em nível municipal, passaram a ser disponibilizados para as principais regiões metropolitanas (RMs) do país: Baixada Santista, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Fortaleza, Goiânia, Grande São Luís, Grande Vitória, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Vale do Rio Cuiabá.

A partir dessa possibilidade, o presente estudo tem o objetivo de avaliar as transformações e o desenvolvimento ocorrido na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), por meio do IDHM nas 256 UDHs que compõem essa região, e assim subsidiar o planejamento das ações do governo. Através da identificação de grupos de UDHs que possuem deficiência em alguma dimensão, pode-se pensar em políticas públicas voltadas para essas regiões a fim de resolver situações específicas gerando externalidades positivas.

1. Regiões Metropolitanas

O aparecimento de regiões metropolitanas é reflexo da revolução urbana pela qual o mundo passou. O homem, paulatinamente, deixou de viver no ambiente rural e solidificou a cidade como seu habitat. Em alguns países, há mais de 10 pessoas vivendo em espaços urbanos para cada residente do campo (SANTOS, 1997). No Brasil, esse processo é desencadeado a partir da década de 1950 e sofre aceleração depois de 1970. Naquela década, 36% da população brasileira viviam em cidades, em 1980 esse percentual sobe para 68% e atinge mais de 84% em 2010. Do total da população brasileira, mais de 40% viviam em regiões metropolitanas em 2010 (IBGE, 2010).

Para Goiás, os números são ainda mais marcantes: em 1950 apenas 22% dos goianos eram citadinos, passados 30 anos os que residiam nas cidades já superava os 67% e, em 2010, eram mais de 90%. Em 2010, do total da população goiana, 36,2% (2.173.141 habitantes) viviam na RMG (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014).

Por um lado, o processo de metropolização, na estrutura urbana, deriva das vantagens que a concentração de pessoas, bens, riquezas e trabalho, trazem para o sistema/modelo econômico. Nesse sentido, segundo Sandra Lencioni:

Faz parte da racionalidade da acumulação capitalista concentrar um grande número de população, renda, indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado, bem como fazer da metrópole difusa e espraiada territorialmente, uma única bacia de trabalho e habitat, dentre outros aspectos que poderíamos enumerar (2008, p. 8).

Por outro lado, a expansão da metrópole aumenta o desafio referente à oferta de infraestrutura urbana e de serviços, como escola, saneamento básico, postos de saúde, energia elétrica, etc. Ressalta-se que um crescimento desordenado aprofunda a desigualdade territorial, com áreas desprovidas de serviços básicos.

Com isso, aqueles com maior poder econômico encontram nos condomínios horizontais (também chamados de condomínios fechados), uma saída para o caos instalado no *core* metropolitano. E assim pululam conjuntos de moradias apartados da cidade em que não é raro encontrar mais pessoas que alguns municípios da própria região metropolitana. Nessa esteira, os condomínios horizontais aparecem na paisagem urbana como ilhas, aparentemente alheios à realidade que os cerca. Comum é encontrar esses nichos de riqueza em meio às condições desfavoráveis de outros grupos sociais. A presença desses empreendimentos, portanto, deve ser levada em conta na conformação de indicadores das regiões em que fazem parte.

No desenvolvimento desse processo, a metrópole se expande e são agregados novos locais ao perímetro metropolitano, provocando alterações socioespaciais. A densidade demográfica fornece subsídios para a compreensão da entrada de mais áreas à região – “A metrópole contemporânea, devido ao seu espraiamento territorial e a

conurbação de cidades apresenta uma densidade populacional menor que a metrópole coesa do passado” (LENCIONI, 2008, p. 9). Quando de sua criação, a RMG contava com 11 municípios. Se seu número de municípios tivesse mantido como na composição original, a densidade demográfica seria de 514 hab./km², ou seja, 85% maior que a atual. Perdeu-se, então, a coesão. Contudo, manteve-se a concentração, pois apenas o aspecto físico da metrópole é disperso. Agregam-se às paisagens metropolitanas novas manchas urbanas, intercaladas por espaços “vazios”, mas com força especulativa. Nisso, os dispêndios para se chegar à centralidade são aumentados, mais horas e recursos são gastos, pesando sobre aqueles que somente conseguem se estabelecer em locais mais distantes dessa centralidade.

Para dar conta das relações intermunicipais e comungar o planejamento de ações para o conjunto de municípios que se aglomeram no entorno de uma grande cidade, em 1973 a Lei Complementar nº 14 instituiu as oito primeiras regiões metropolitanas do Brasil, quais sejam, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Em 1974, cria-se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 20). A partir da Constituição Federal de 1988, a implantação das regiões metropolitanas passa a ser responsabilidade dos Estados. Com isso, no final da década de 1990 o número dessas aglomerações oficiais se expande consideravelmente, atingindo, hoje, a cifra de 68 regiões metropolitanas¹, incluindo as três Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE). Destacam-se os Estados da Paraíba e de Santa Catarina com 12 e 10 regiões, respectivamente.

A RMG foi criada em 1999 pela Lei Complementar Estadual nº 27, a princípio com 11 municípios. Ao longo desse período foram acrescentando-se outros e desde 2010 é formada por 20 municipalidades. Fazem parte dessa região os seguintes municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Juntos esses 20 municípios detinham em 2010 mais de 36% de toda a população de Goiás, numa área que representa 2% do território goiano, culminando numa densidade de quase 277,4 habitantes por Km². O Produto Interno Bruto (PIB) dessa região corresponde a quase 37% do total do Estado. Contudo, há forte concentração dessas variáveis no *core* da região, Goiânia. A capital comporta em torno de 60% da população de sua região metropolitana e é responsável por quase 66% do PIB, mostrando que, por mais que tenha se espreado por novos espaços, a RMG ainda é marcada pelo domínio e dependência de Goiânia.

O estudo do espaço urbano esbarra em complexidades inerentes à própria formação dessa realidade territorial. A produção social da cidade, que se dá coletivamente, não esconde as ambiguidades, heterogeneidades e desigualdades, mas também revela as imbricações e entrelaçamentos das relações entre os diferentes. Por vezes contrastante na paisagem, os lugares citadinos se mostram interdependentes ao se descortinar na análise mais profunda. Para se alcançar esse nível analítico faz-se

¹ Fonte: Sites das assembleias legislativas dos Estados.

necessário, num primeiro momento, aumentar, cartograficamente, a escala. Tentando alcançar os pormenores do espaço, agregando os iguais, isolando-os do seu contexto espacial (essencialmente impossível, mas aceito analiticamente), pode-se encontrar padrões e refletir sobre a conformação de locais e lugares dentro da cidade. Quando a perquirição é do espaço metropolitano, o aumento escalar é imprescindível para o bom desenvolvimento do estudo, uma vez que níveis de desenvolvimento humano são percebidos de forma diferenciada internamente na metrópole.

2. Índice de Desenvolvimento Humano: Aspectos Conceituais e Metodológicos

O conceito de desenvolvimento humano, utilizado na construção do IDH, é o de Amartya Sen que considera as pessoas como a riqueza de uma nação. Em 1990, essa ideia foi difundida no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq. Nesse relatório, desenvolvimento humano é definido como o processo de escolhas e liberdades para que as pessoas tenham oportunidades e capacidades para viverem da forma que desejam. O IDH é composto por três dimensões (educação, longevidade e renda), sendo calculado a partir da base de dados coletados em anos censitários (Atlas Brasil, 2013).

Dessa forma, o IDH é um indicador utilizado para mensurar o desenvolvimento humano dos países, conhecido também como IDH Global. A partir desse contexto, o Brasil foi um dos pioneiros a adaptar o IDH Global, de forma a calcular um índice de desenvolvimento humano para todos os municípios do país. Assim, surge o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) composto pelas mesmas dimensões que o IDH Global, adaptando apenas as variáveis utilizadas (Quadro 1). Isso ocorre devido à disponibilidade de informações que um país possui em seu banco de dados sobre os municípios e as necessidades locais. O IDH é uma alternativa de avaliar as condições de vida das pessoas em uma determinada região, sendo uma forma de mensurar o desenvolvimento, diferentemente do PIB que avalia apenas o crescimento econômico.

Quadro 1: Variáveis que compõem o IDHM

Educação	Longevidade	Renda
<ul style="list-style-type: none"> • Percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo; • Percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; • Percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; • Percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; • Percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esperança de vida ao nascer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renda mensal per capita.

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

O índice é apresentado numa escala que varia de 0 (Muito Baixo) a 1 (Muito Alto). Pode-se analisar o IDHM Geral e o IDHM para cada dimensão, com isso é possível constatar qual o setor que apresenta os maiores entraves ao desenvolvimento. As faixas de desenvolvimento humano municipal, conforme classificação constante no Atlas Brasil, seguem na Tabela 1.

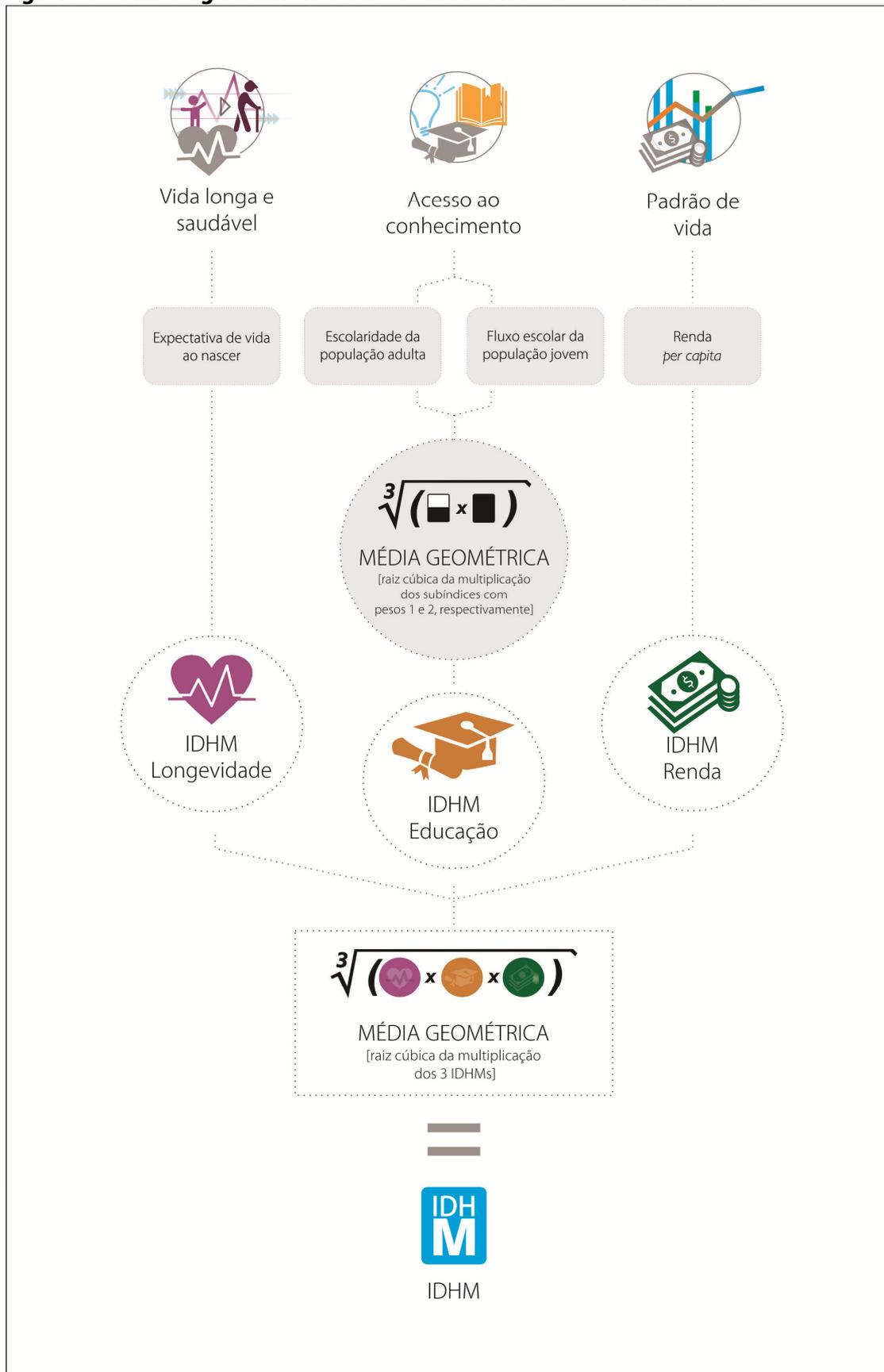
Tabela 1: Classificação de Desenvolvimento Humano

Classificação	Faixa
Muito Baixo Desenvolvimento Humano	0 a 0,499
Baixo Desenvolvimento Humano	0,500 a 0,599
Médio Desenvolvimento Humano	0,600 a 0,699
Alto Desenvolvimento Humano	0,700 a 0,799
Muito Alto Desenvolvimento Humano	0,800 a 1

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Figura 1: Metodologia do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

No que se refere à metodologia deste trabalho, divide-se em duas óticas, com delimitação ao espaço geográfico da RMG. Na primeira, a análise parte das dimensões do índice – Longevidade/Renda/Educação – apresentando os dados referentes a 2000 e 2010. Na segunda, optou-se por uma robusta análise pela ótica das faixas de desenvolvimento – Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo.

A fim de compreender o caminho desta última, a análise das UDHS foi dividida pelas classes do IDHM de 2010. Neste ano, a RMG apresentou apenas três níveis de desenvolvimento humano – Muito Alto, Alto e Médio. Assim, serão três grupos estudados em que a investigação permeou a evolução socioeconômica e espacial das localidades situadas em cada uma das classes. Na imprescindível comparação com a realidade de 2000, se levará em conta, primordialmente, o componente territorial, buscando avaliar as mudanças e/ou permeâncias que a área abrangida por uma das classes sofreram. Buscou-se saber mais claramente como as UDHS evoluíram social e espacialmente. Contudo, em alguns momentos pode haver relacionamentos entre os dois períodos na mesma classe de desenvolvimento humano, focalizando determinadas variáveis ou fatores, mas que não desvirtuarão a essência do contraponto territorial.

A RMG é composta por 256 UDHS. Observa-se que a decomposição da área metropolitana em UDHS ocorreu em apenas seis municípios dos vinte que fazem parte dessa região metropolitana, portanto, quatorze municípios são, eles próprios em sua completude, uma UDH; além disso, mais de 60% das UDHS estão no município de Goiânia, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Quantidade de UDHS da RM de Goiânia – 2010

Município	Número de UDHS
Goiânia	154
Aparecida de Goiânia	41
Trindade	17
Senador Canedo	11
Goianira	11
Inhumas	08
Demais municípios	14
Total	256

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Revela-se, com isso, a heterogeneidade do núcleo da RMG, pois foi necessária a constituição de 154 UDHS, cada qual, visando a uma maior homogeneidade. As 41 UDHS de Aparecida de Goiânia também são corolárias do poder que Goiânia exerce em sua hinterlândia. Aquele município é uma extensão da capital; esta, ao expandir-se, absorve o território político-administrativo de seus vizinhos por meio da conurbação. Flávio Villaça, ao refletir sobre esse fenômeno, assevera que deixam de existir duas cidades, pois uma delas transforma-se em bairro da outra: “a conurbação metropolitana se

apresenta assim, como um processo devorador de cidades e produtor de bairros” (2001, p. 66).

Talvez, por isso a análise das UDHS seja profícua, pois permitiria abarcar uma realidade que suplanta os processos político-administrativos advindo da totalidade municipal. Pois a análise das UDHS estaria fortemente relacionada também ao entorno dessas unidades, às infraestruturas vizinhas, aos meios e vias de transporte que as cortam ou as circundam, à dinâmica socioeconômica de seus habitantes, que juntos conformariam o *status* de melhor ou pior condição ou qualidade de vida.

3. Análise das Dimensões do IDHM da Região Metropolitana de Goiânia em suas Unidades de Desenvolvimento Humano

Nesta sessão, analisa-se o IDHM da Região Metropolitana de Goiânia e mostra como o índice dessa região se encontra em relação aos índices das demais regiões metropolitanas pesquisadas. A análise é para os períodos censitários de 2000 e 2010, comparando as diversas dimensões do índice por meio da espacialização dos resultados. Observa-se grande melhora do IDHM nas UDHS. No entanto, na dimensão educação ainda há 39 UDHS classificados como Baixo ou Muito Baixo, conforme Tabela 3.

Tabela 3: Número de UDHS da Região Metropolitana de Goiânia, classificados de acordo com o desenvolvimento humano, geral e por dimensão, 2000 e 2010

Desenvolvimento Humano	Quantidade de UDHS							
	2010				2000			
	IDHM Geral	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda	IDHM Geral	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda
Muito Alto	108	68	192	84	37	28	118	43
Alto	79	76	64	100	73	19	123	75
Médio	69	73	0	72	59	54	4	86
Baixo	0	37	0	0	59	50	0	41
Muito Baixo	0	2	0	0	17	94	0	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

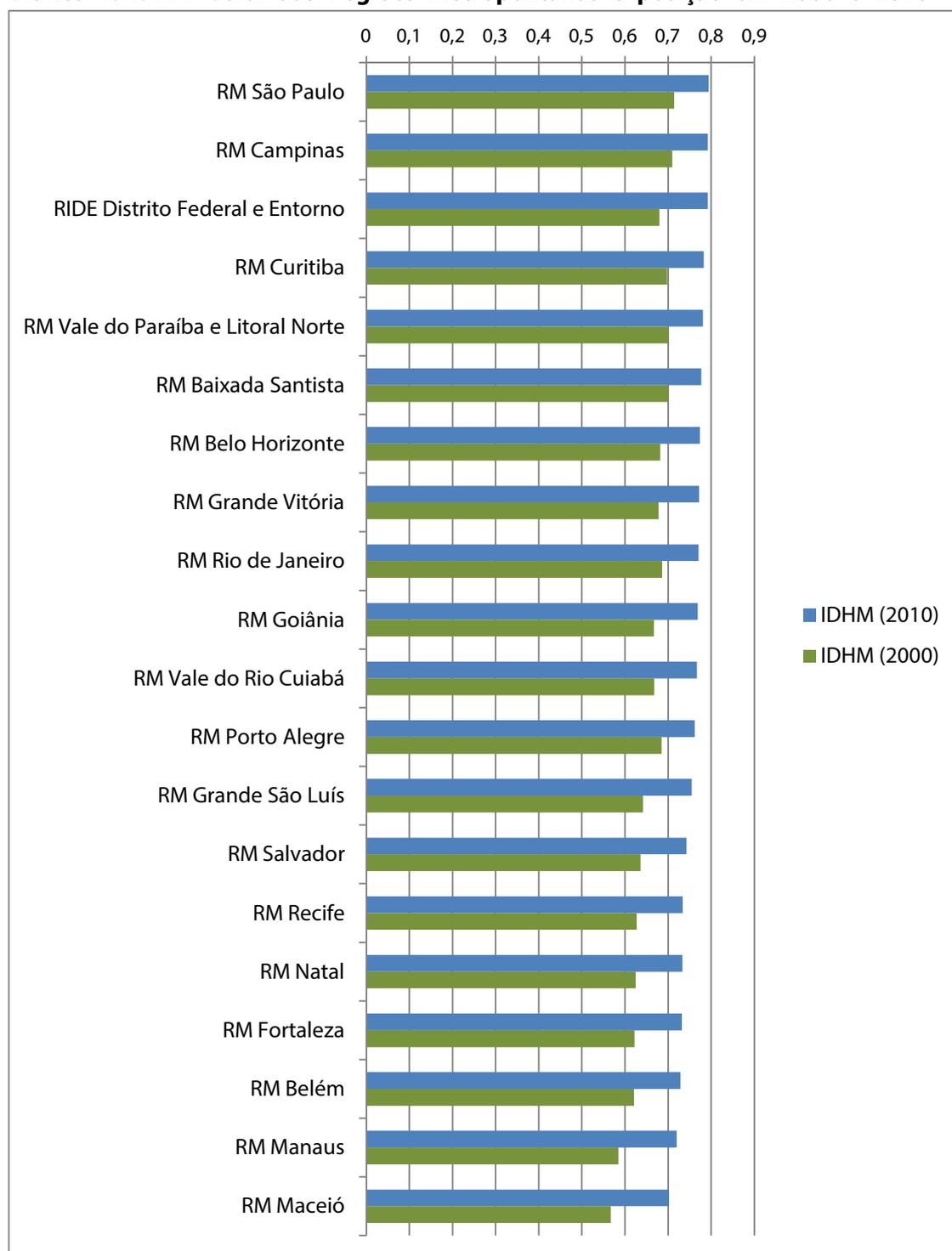
Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Obs.: em 2010 surgiram 11 novas UDHS, inexistentes em 2000.

3.1 Dimensão Geral

A RMG ocupava o 12º lugar no ranking das regiões metropolitanas, no que se refere ao IDHM Geral no ano de 2000, e subiu duas posições em 2010, passando assim a ocupar o 10º lugar no ranking, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1: IDHM Geral das Regiões Metropolitanas e posição em 2000 e 2010



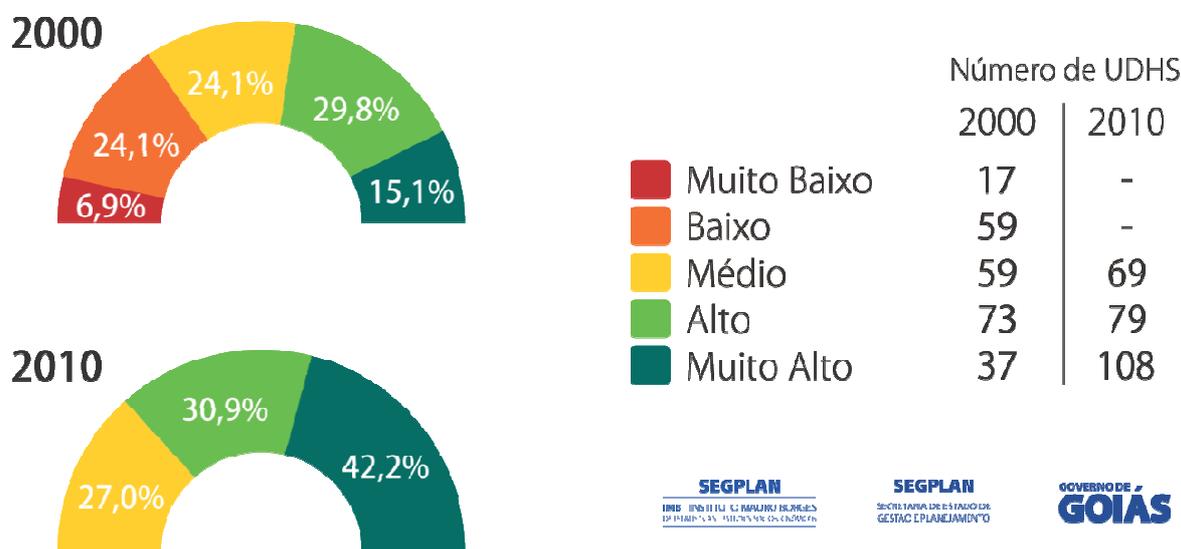
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Observa-se no Gráfico 1 que todas RMs tiveram aumento nos níveis de desenvolvimento entre 2000 e 2010. Destacam-se, com os melhores índices, as RMs de São Paulo, Campinas e a RIDE do Distrito Federal e Entorno; já as RMs de Belém, Manaus, Maceió possuem os piores resultados. Isso evidencia a desigualdade entre as regiões do país, sendo que as primeiras colocações são compostas por regiões metropolitanas localizadas no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País, enquanto as colocações inferiores estão no Nordeste e Norte. Portanto, apesar de ser notável uma melhora do índice em todas RMs, há ainda um grave problema de desigualdade regional.

Em relação à RMG, em 2000, encontrava-se na faixa de Médio índice de desenvolvimento humano (0,667), passando em 2010 para a faixa de Alto desenvolvimento humano (0,769). O desenvolvimento humano das UDHS da RMG melhorou consideravelmente na década passada. Em 2000, 31% das UDHS se situavam numa condição de Baixo ou Muito Baixo desenvolvimento humano na dimensão geral, inexistindo tais situações em 2010. Em 10 anos, nota-se o aumento expressivo do percentual de UDHS com desenvolvimento humano Muito Alto, evolução de quase 180%.

Figura 2: UDHS da Região Metropolitana de Goiânia - IDHM Geral, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Além do crescimento do número de UDHs na classe mais elevada, houve relativa melhora nas notas das unidades nesta mesma classe. Enquanto em 2000, a maior nota foi de 0,920 – em sete UDHs – em 2010 o valor mais próximo de um foi 0,953 – também em sete UDHs. Ainda mais: em 2000 havia apenas sete UDHs acima de 0,900 (todas com 0,920), já em 2010 essa quantidade subiu para 29 unidades.

No passar dos 10 anos, ocorreu certa dispersão das UDHs com desenvolvimento humano Muito Alto. No início da década, das 37 unidades nessas circunstâncias, apenas uma não estava no município de Goiânia, pois situada em Aparecida de Goiânia, apesar de que em região limítrofe. Ao final da década, das 108 UDHs na classe Muito Alto, 87 estão em Goiânia, 18 se localizam em Aparecida de Goiânia e outras três nos municípios de Inhumas, Senador Canedo e Trindade, cada qual com uma unidade.

Infere-se, a partir desses números, que houve melhoria das condições socioeconômicas das áreas mais distantes do *core* metropolitano. Será abordado, mais a frente, as variáveis que possibilitaram o maior desenvolvimento das UDHs. Todavia, vale ressaltar que, além da manutenção do patamar de desenvolvimento daquelas áreas que já se enquadravam na classe Muito Alto (todas inclusive aumentaram suas notas), 67 UDHs apenas saíram da classe Alto para a Muito Alto – em termos relativos, elas representam mais de 62% das UDHs dessa classe; somente uma UDH, que tinha desenvolvimento humano Médio, mudou para Muito Alto. Revela-se, portanto, um avanço gradativo, na última década, na escala de desenvolvimento das UDHs, mesmo a despeito de três que não existiam no início do período já aparecerem no patamar mais elevado.

Por meio da Figura 3, pode-se visualizar como se encontrava o desenvolvimento das UDHs no período analisado.

Figura 3: Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Geral

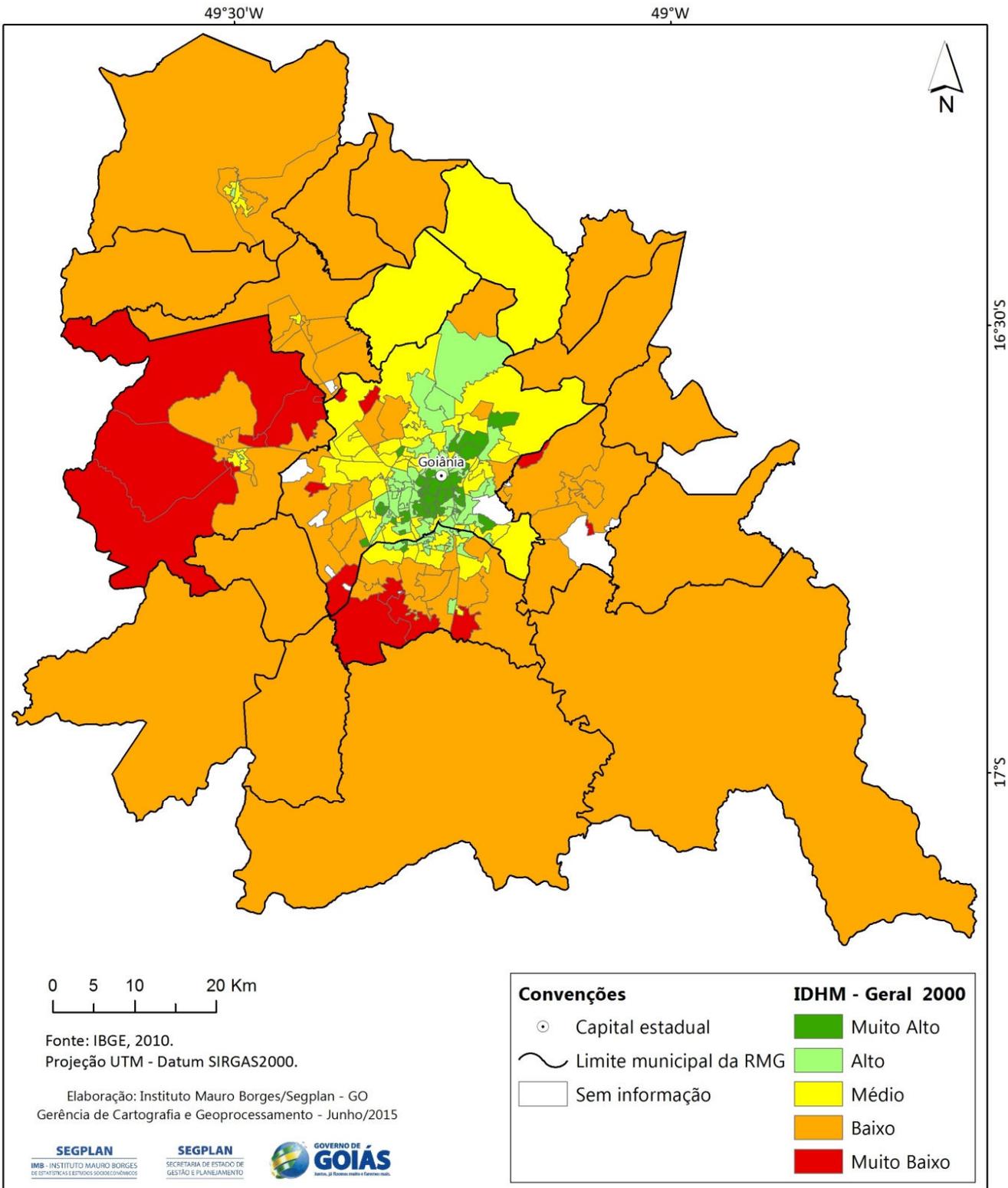


Figura 3: Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Geral - Continuação

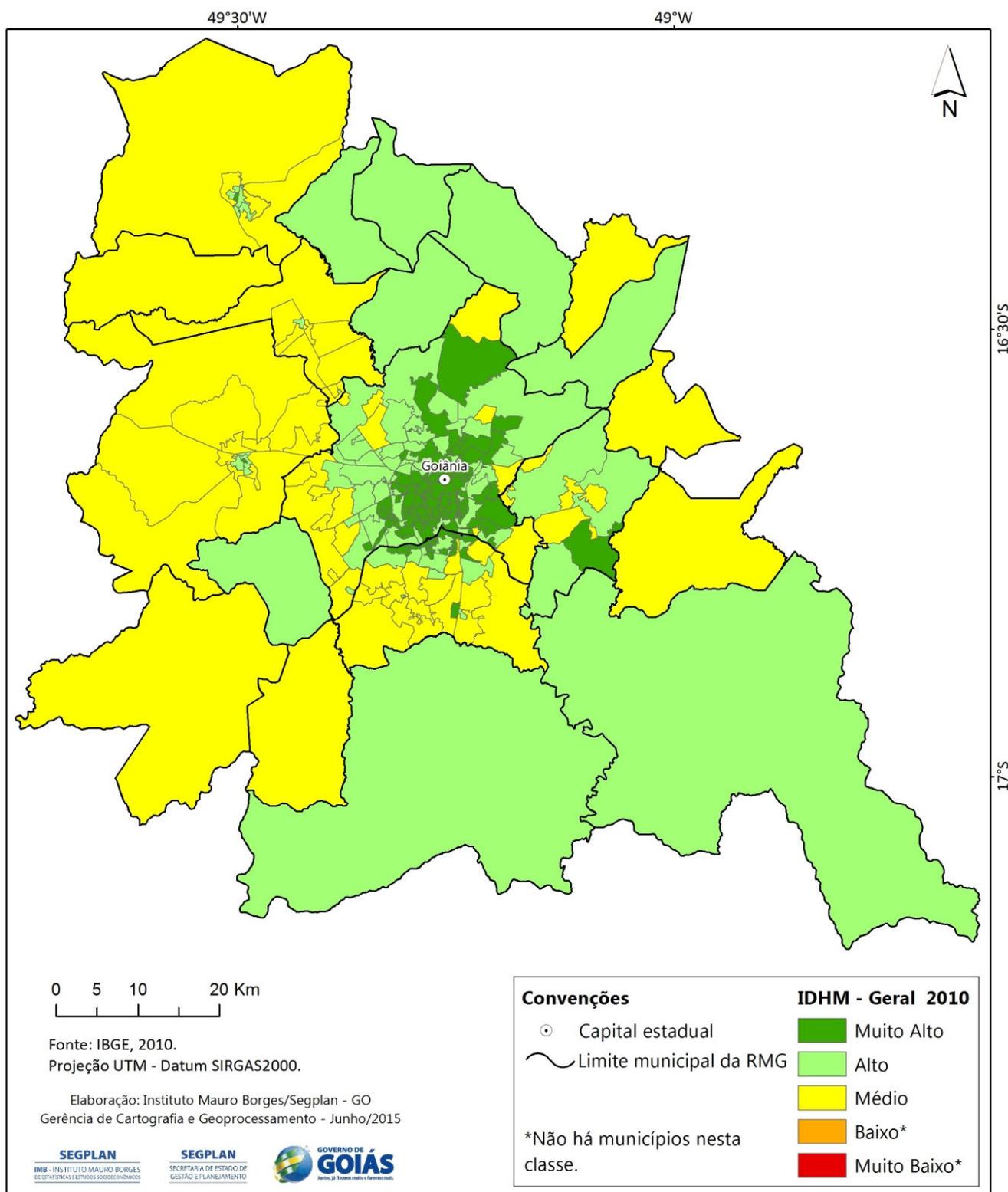
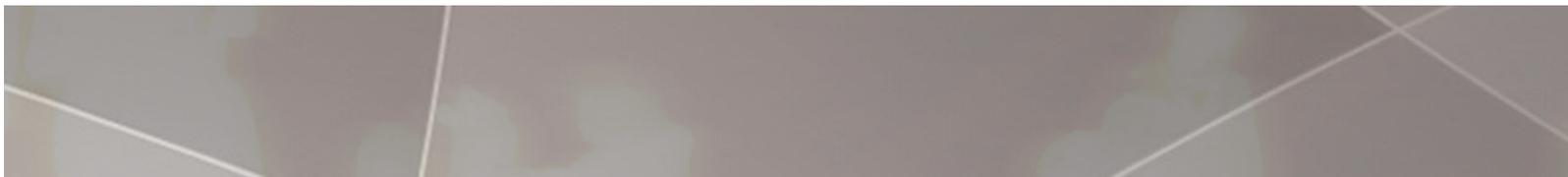


Tabela 4: Região Metropolitana de Goiânia – IDHM Geral
Ranking das UDHs – piores e melhores em 2010

Ranking	UDH	IDHM Geral
Os melhores classificados		
1	Aldeia do Vale/Monte Verde	0,953
1	Alphaville Flamboyant/Jardins Munique/Portal do Sol	0,953
1	Bueno: Av. T-63/Parque Vaca Brava	0,953
1	Jardim Europa/Jardins Florença	0,953
1	Jardins Milão/Jardins Paris/Jardins Atenas/Jardins Verona	0,953
1	Marista: Rua 87/ Av. 136/Av. Ricardo Paranhos	0,953
1	Região Garavelo/Condomínio Jardins Viena/Jardins Mônaco	0,953
8	Alto da Glória	0,937
8	Bela Vista (Av. T-63)/Bueno (Rua S-1)	0,937
8	Bela Vista: Estádio Serrinha/Pedro Ludovico: Parque Areião/Terminal Izidória	0,937
8	Bueno: Av. T-8	0,937
8	Bueno: Faculdade Objetivo/Oeste/Av. Perimetral	0,937
8	Granville	0,937
8	Jardim Goiás: Parque Flamboyant	0,937
8	Jardins Madri	0,937
8	Serrinha/Bueno: Tv. Anhanguera/Nova Suíça: Av. T-63	0,937
Os piores classificados		
247	Dourados	0,629
247	Residencial Buena Vista	0,629
247	Residencial Jardins do Cerrado/Residencial Mundo Novo	0,629
247	Unidade Territorial de Planejamento São Domingos	0,629
251	Independência Mansões/Jardins Florença/Virgínia Park	0,622
252	Condomínio Imperial/Chácara Pontakayana/Setor dos Bandeirantes	0,619
252	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	0,619
252	Samarah/Jardim Decolores/Clube do Lago/Setor Bela Vista	0,619
255	Região Central: Jardim das Acácias/Ana Rosa/INT Parque/ALV Sul	0,612
255	Região Tiradentes: Maranata/Jardim Dom Bosco/Ipê/Madre Germana	0,612

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

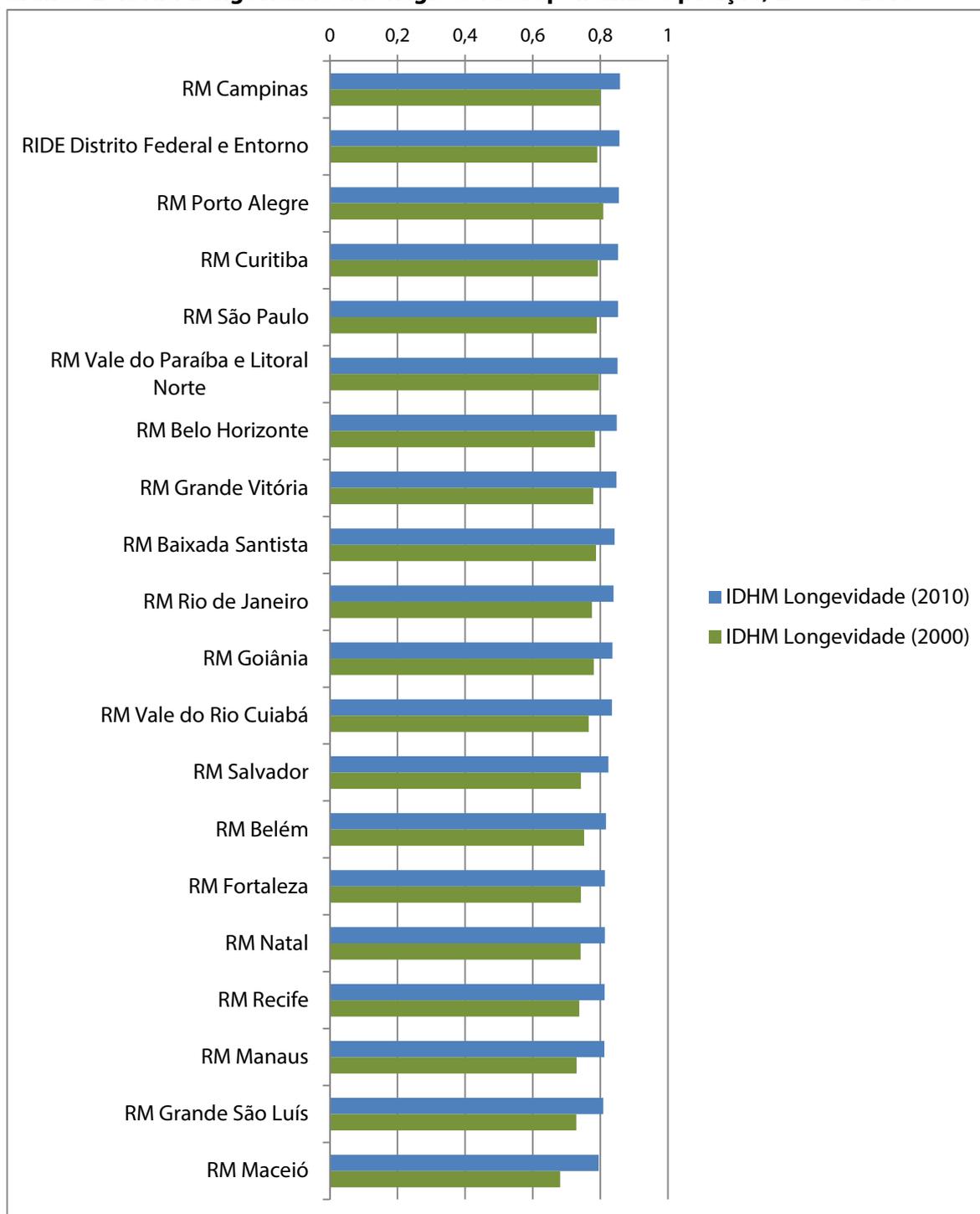
Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.



3.2 Dimensão Longevidade

A RMG ocupava a 9ª posição no ranking das regiões metropolitanas, no que se refere ao IDHM Longevidade o ano de 2000, e caiu duas posições em 2010, passando assim a ocupar o 11º lugar no ranking, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2: IDHM Longevidade das Regiões Metropolitanas e posição, 2000 e 2010

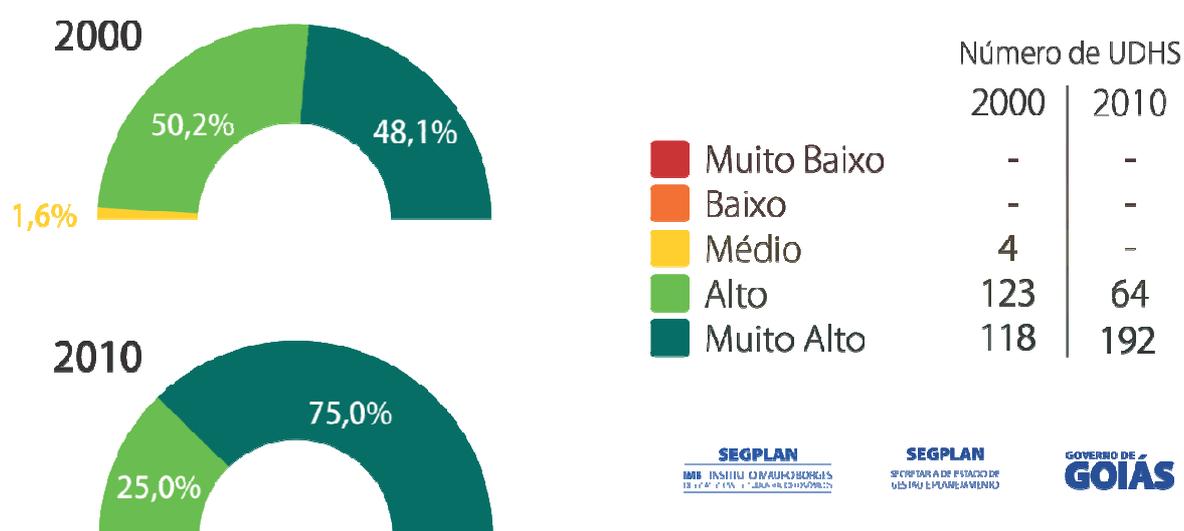


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Em geral, a dimensão longevidade é a que apresenta melhor desempenho em relação às outras duas dimensões. Excetuando a RM Maceió, todas as outras RMs possuem IDHM Muito Alto. Em relação à RMG, no que se refere à longevidade, em 2000, encontrava-se na faixa de Alto índice de desenvolvimento humano (0,781), passando em 2010 para a faixa de Muito Alto desenvolvimento humano (0,836). A melhora da longevidade é explicada por fatores como a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida ao nascer.

Figura 4: UDHS da Região Metropolitana de Goiânia – IDHM Longevidade, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Figura 5: UDHs da Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade

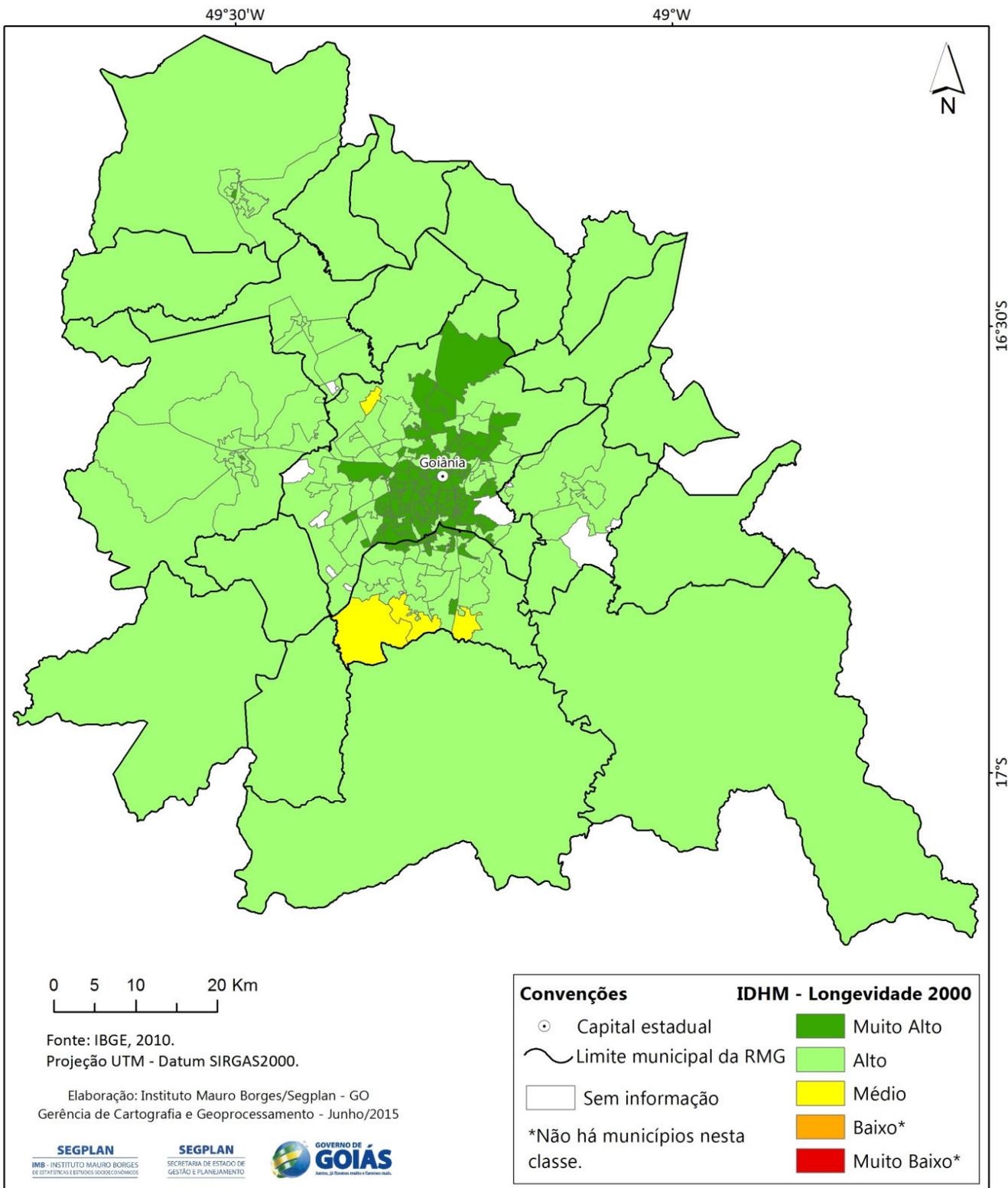


Figura 5: UDHs da Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade - Continuação

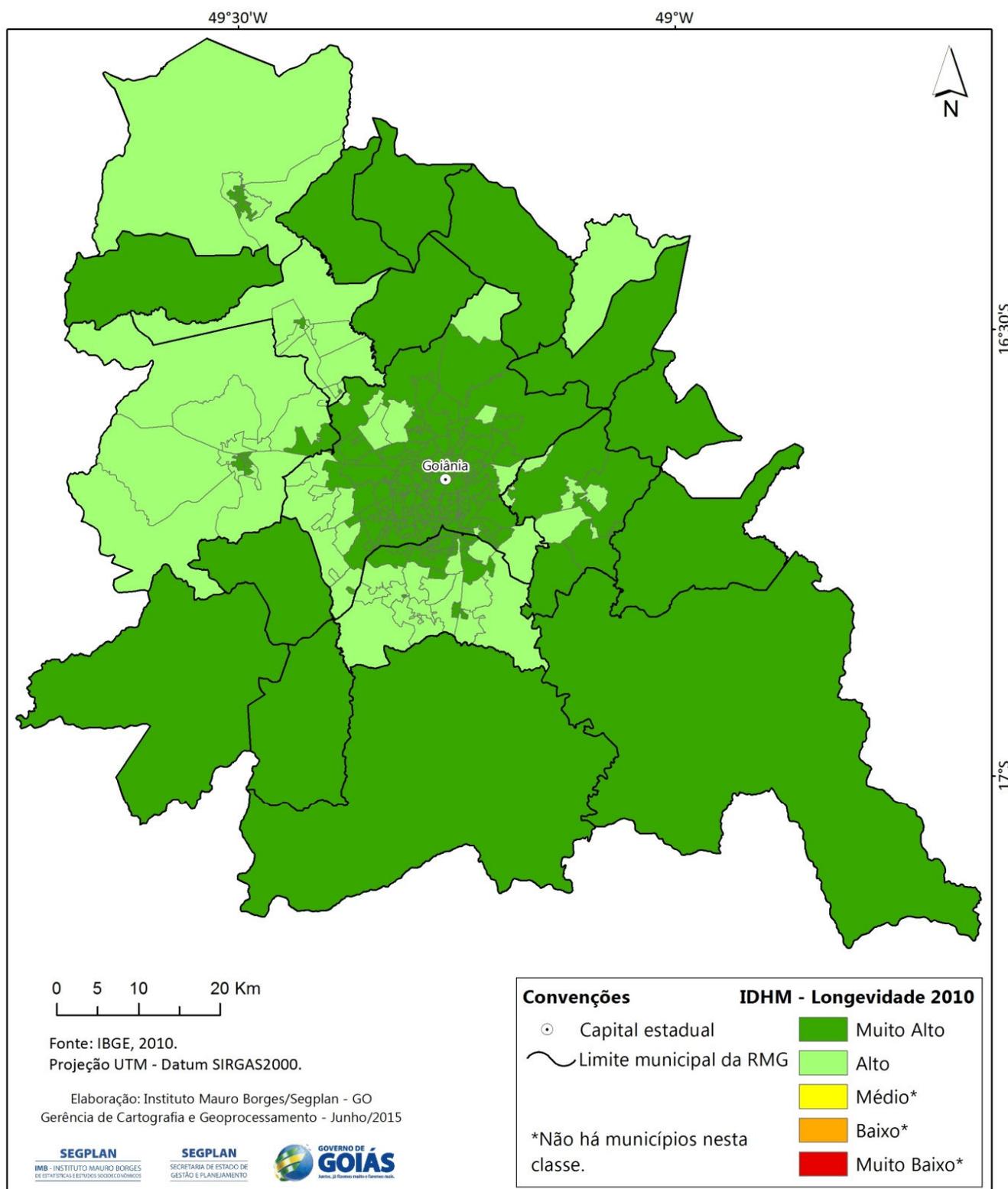


Tabela 5: Região Metropolitana de Goiânia – IDHM Longevidade das UDHs – Ranking piores e melhores em 2010

Ranking	UDH	IDHM Longevidade
Os melhores classificados		
1	Aldeia do Vale/Monte Verde	0,940
1	Alphaville Flamboyant/Jardins Munique/Portal do Sol	0,940
1	Bueno: Av. T-63/Parque Vaca Brava	0,940
1	Jardim Europa/Jardins Florença	0,940
1	Jardins Milão/Jardins Paris/Jardins Atenas/Jardins Verona	0,940
1	Marista: Rua 87/Av. 136/Av. Ricardo Paranhos	0,940
1	Região Garavelo/Condomínio Jardins Viena/Jardins Mônaco	0,940
8	Jardim América/Paróquia Santo Expedito GOIÂNIA	0,937
8	Jardim América/SESC Cidadania	0,937
8	Marista: Blocos residenciais	0,937
8	Negrão de Lima/Condomínio Portal dos Lagos/Portal das Serras	0,937
8	Novo Mundo/Condomínio Metrôpoles	0,937
8	São João/Maria José	0,937
8	Unidade Territorial de Planejamento Santa Genoveva	0,937
Os piores classificados		
247	Madre Germana/Itaipu/Esmeraldas	0,738
247	Residencial Ytapuã/Monte Pascoal/Setor Eldorado Oeste/Lírios do Campo	0,738
247	Unidade Territorial de Planejamento Jardim Primavera	0,738
247	Vila Rica/Unidade Territorial de Planejamento Cisnes Norte	0,738
251	Independência Mansões/Jardins Florença/Virgínia Park	0,736
252	Condomínio Imperial/Chácara Pontakayana/Setor dos Bandeirantes	0,735
252	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	0,735
252	Samarah/Jardim Decolores/Clube do Lago/Setor Bela Vista	0,735
255	Região Centra: Jardim das Acácias/Ana Rosa/INT Parque/ALV Sul	0,734
255	Região Tiradentes: Maranata/Jardim Dom Bosco/Ipê/Madre Germana	0,734

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

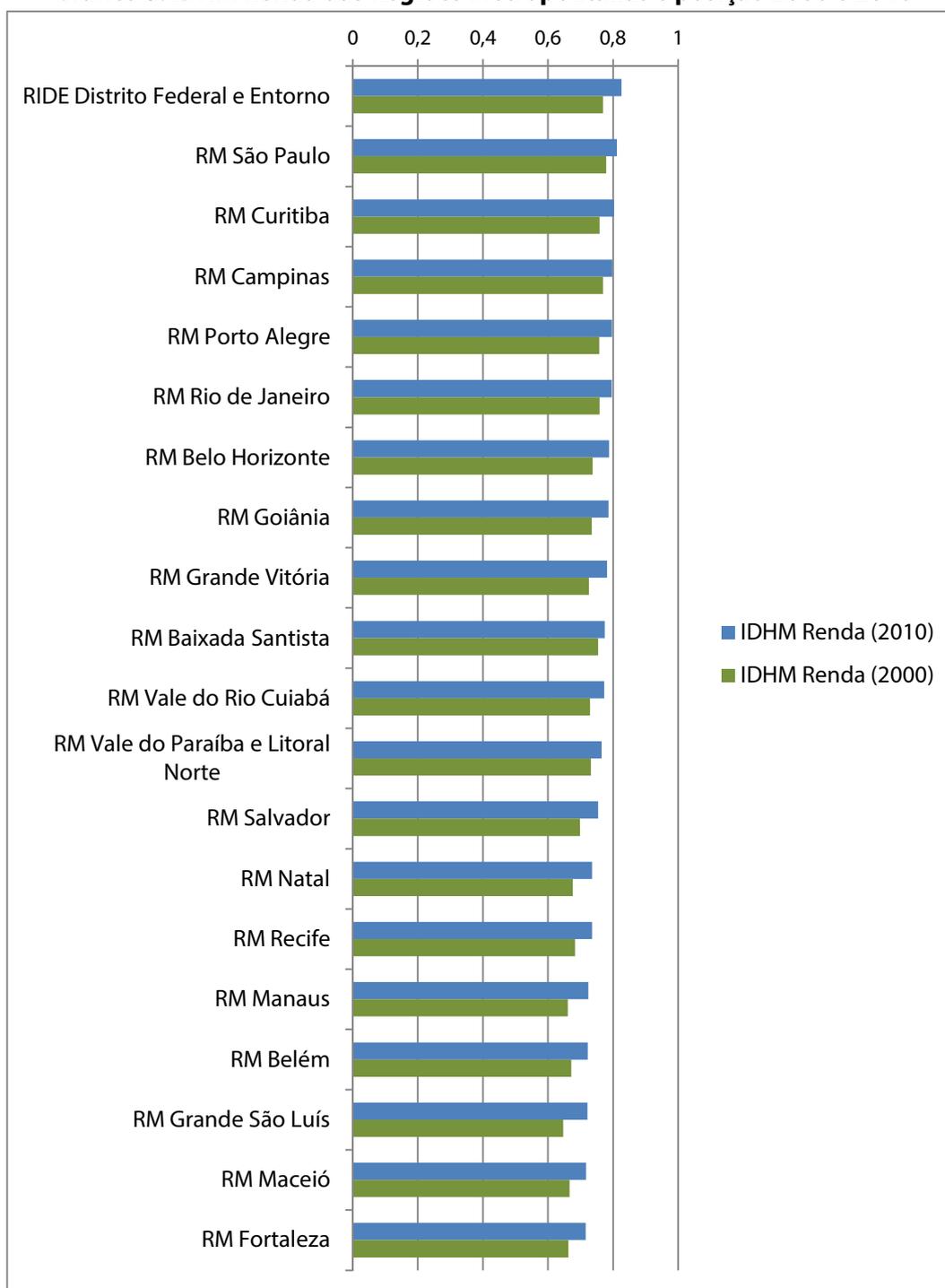
Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.



3.3 Dimensão Renda

A RMG ocupava o 9º lugar no ranking das regiões metropolitanas, no que se refere ao IDHM Renda no ano de 2000, e subiu uma posição em 2010, passando assim a ocupar o 8º lugar no ranking, conforme Gráfico 2.

Gráfico 3: IDHM Renda das Regiões Metropolitanas e posição 2000 e 2010

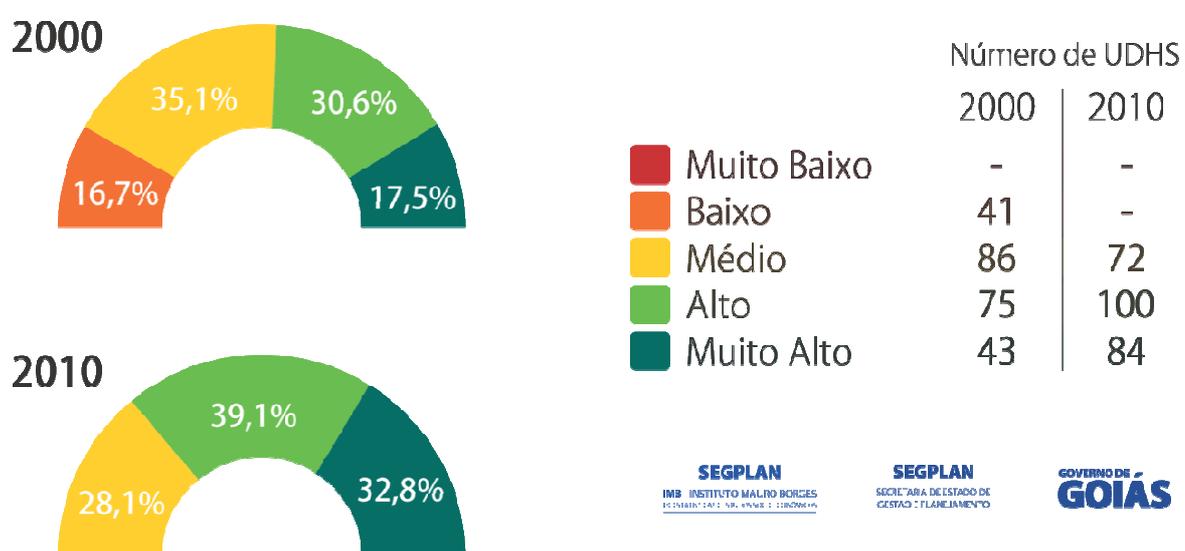


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Em relação à RMG, no que se refere ao IDHM Renda, em 2000, encontrava-se na faixa de Alto desenvolvimento humano (0,735), continuando em 2010 na mesma faixa (0,786). Esta dimensão é influenciada diretamente e exclusivamente pela renda média *per capita*.

Figura 6: UDHS da Região Metropolitana de Goiânia - IDHM Renda, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.
 Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Figura 6: UDHs da Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda

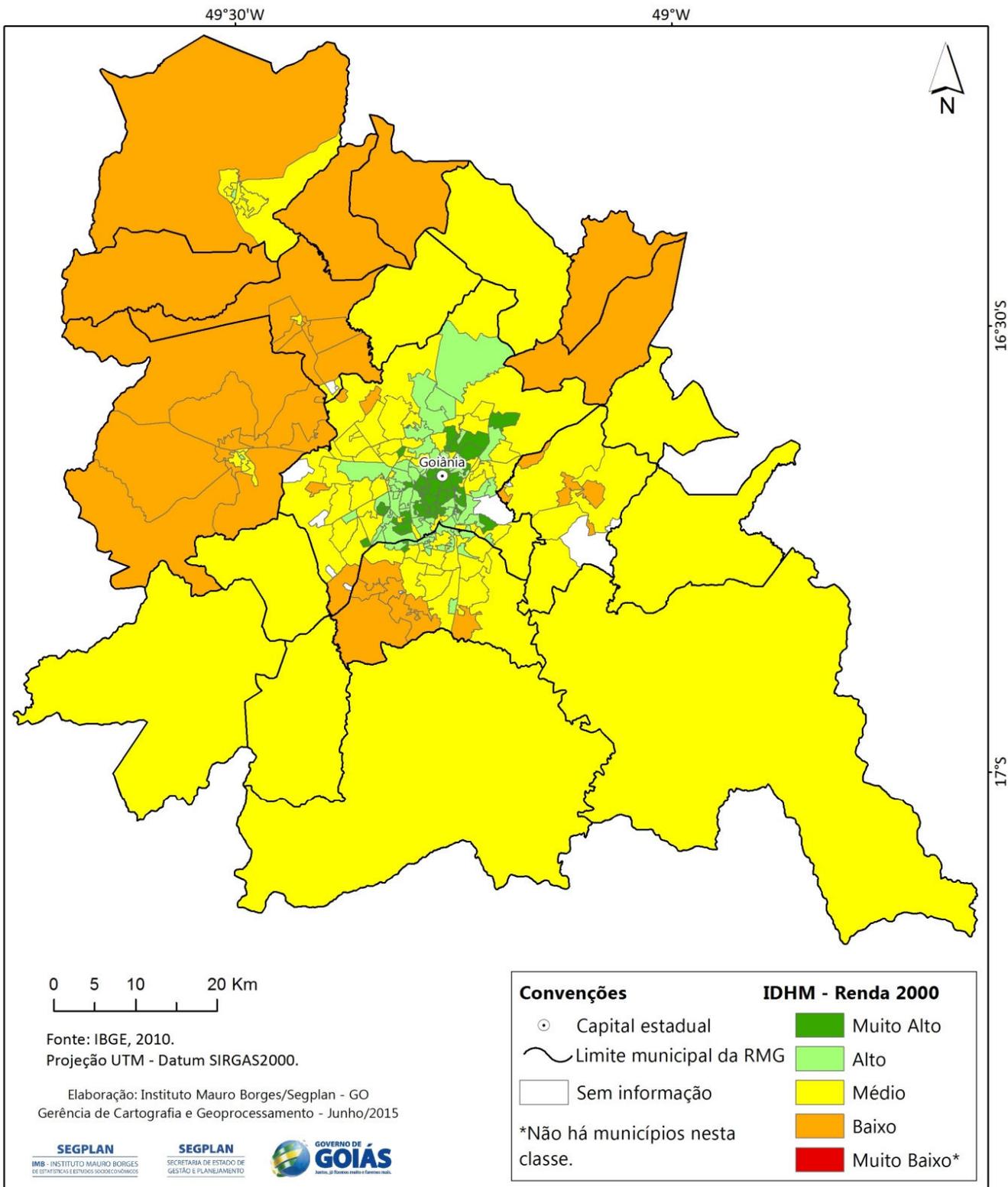
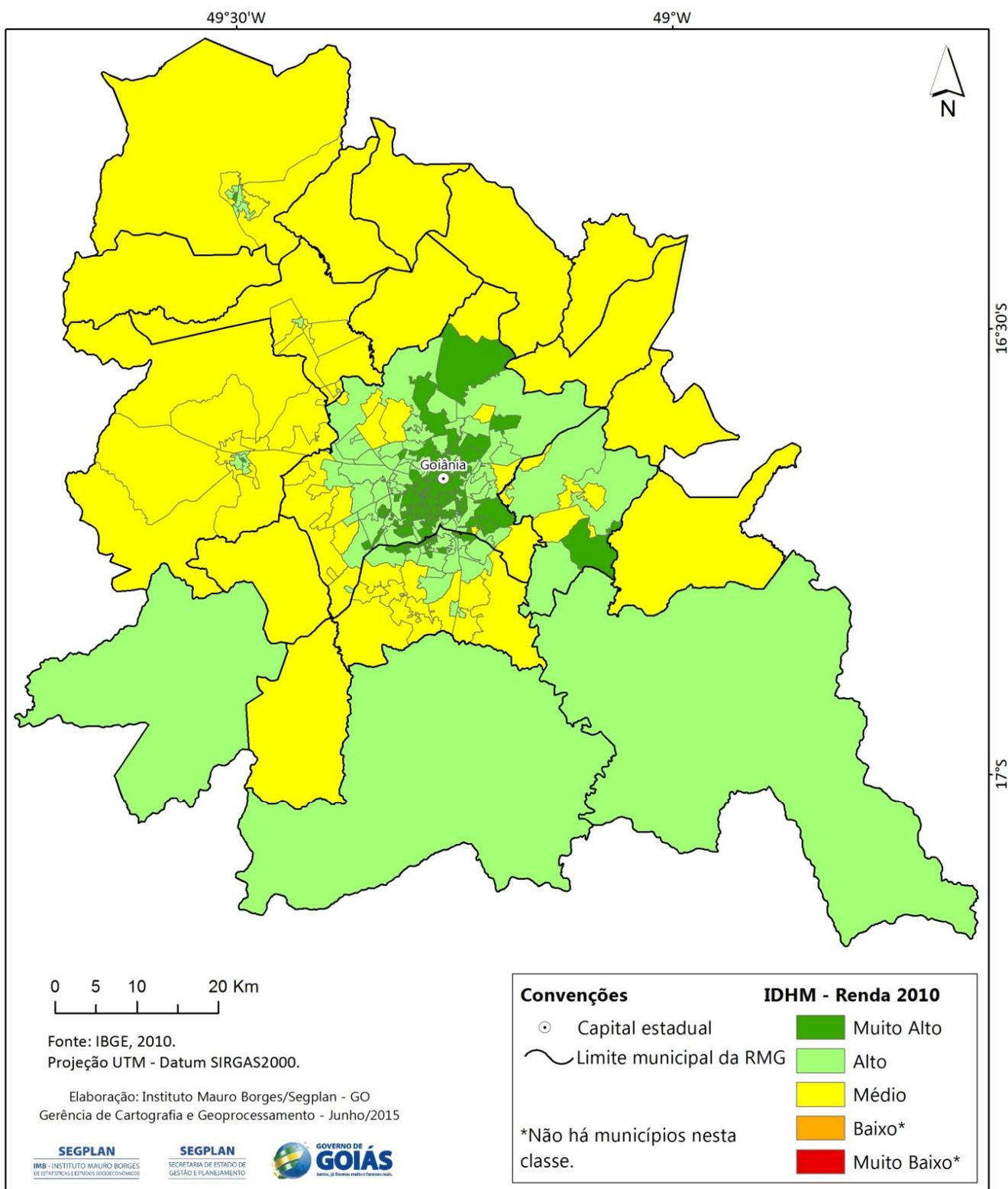


Figura 6: UDHs da Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda - Continuação



Nesta dimensão, de acordo com a tabela 6, observa-se a existência de 8 UDHS com índice 1 na RMG. Isso ocorre devido a estas UDHS atingirem ou extrapolarem o valor máximo para a renda de acordo com a metodologia utilizada no Atlas Brasil. De acordo com a metodologia, a renda máxima de referência é de R\$ 4.033,00, que se refere a menor renda *per capita* dos 10% mais ricos na UF mais rica, no caso o Distrito Federal. Portanto, há a possibilidade de ter UDHS com índice 1.

Tabela 6: Região Metropolitana de Goiânia – IDHM Renda das UDHS – Ranking piores e melhores em 2010

Ranking	UDH	IDHM Renda
Os melhores classificados		
1	Aldeia do Vale/Monte Verde	1
1	Alphaville Flamboyant/Jardins Munique/Portal do Sol	1
1	Bueno: Av. T-63/Parque Vaca Brava	1
1	Jardim Europa/Jardins Florença	1
1	Jardins Milão/Jardins Paris/Jardins Atenas/Jardins Verona	1
1	Marista: Rua 87/Av. 136/Av. Ricardo Paranhos	1
1	Oeste: Pça. Tamandaré/Marista: Shopping Bougainville	1
1	Região Garavelo/Condomínio Jardins Viena/Jardins Mônaco	1
9	Serrinha/Bueno: Tv. Anhanguera/Nova Suiça: Av. T-63	0,987
9	Jardim Goiás: Parque Flamboyant	0,987
9	Jardins Madri	0,987
9	Bueno: Av. T-8	0,987
9	Granville	0,987
9	Alto da Glória	0,987
Os piores classificados		
247	Independência Mansões/Jardins Florença/Virginia Park	0,636
248	Samarah/Jardim Decolores/Clube do Lago/Setor Bela Vista	0,633
248	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	0,633
248	Condomínio Imperial/Chácara Pontakayana/Setor dos Bandeirantes	0,633
251	Região Tiradentes: Maranata/Jardim Dom Bosco/Ipê/Madre Germana	0,626
251	Região Central: Jardim das Acácias/Ana Rosa/INT Parque/ALV Sul	0,626
253	Unidade Territorial de Planejamento São Domingos	0,623
253	Residencial Jardins do Cerrado/Residencial Mundo Novo	0,623
253	Residencial Buena Vista	0,623
253	Dourados	0,623

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

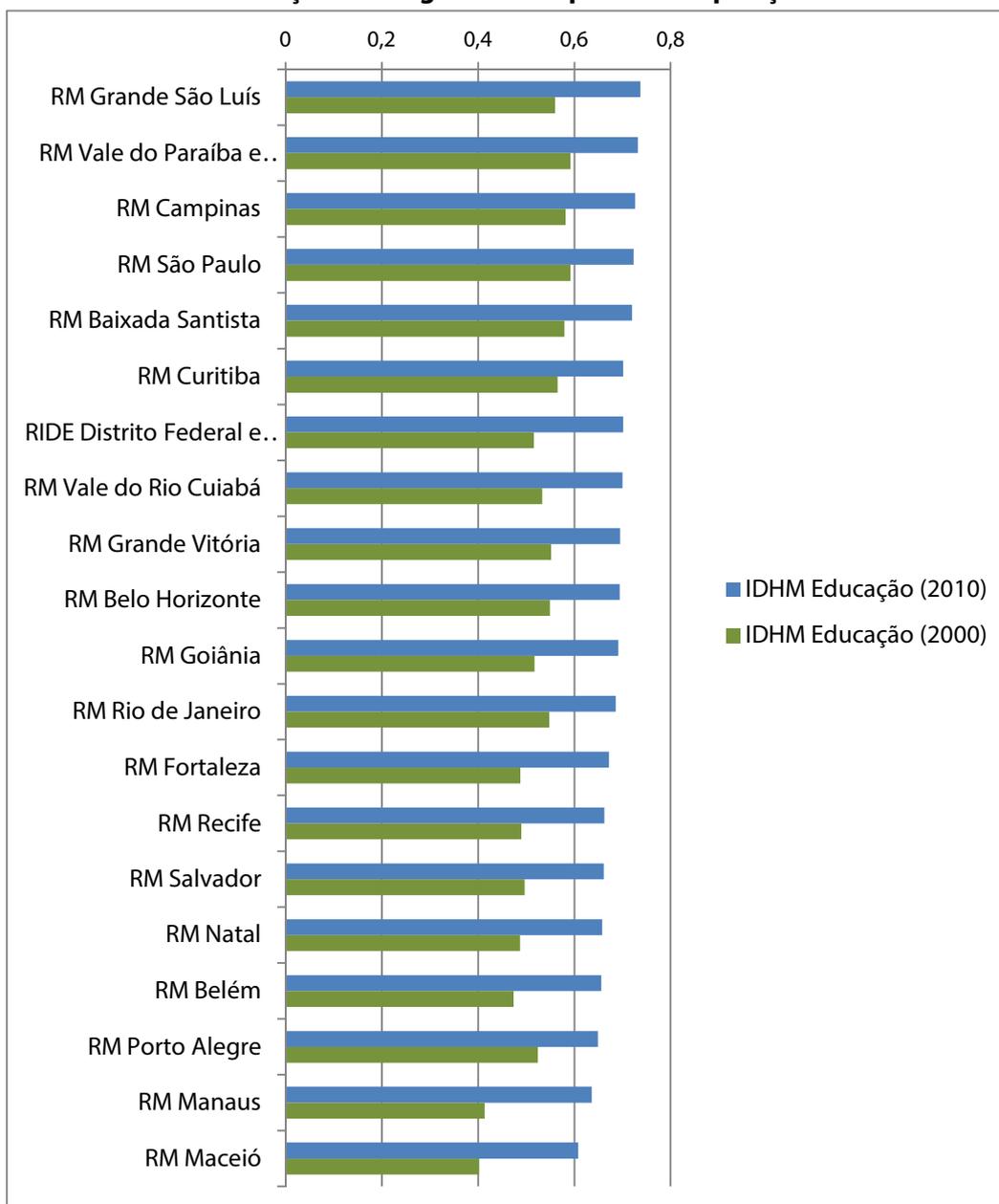
Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.



3.4 Dimensão Educação

A RMG ocupava 12º lugar no ranking das regiões metropolitanas, no que se refere ao IDHM Educação no ano de 2000, e subiu uma posição em 2010, passando assim a ocupar o 11º lugar no ranking, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3: IDHM Educação das Regiões Metropolitanas e posição em 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A dimensão educação é a que apresenta pior desempenho quando comparada com as demais dimensões. Destaca-se que tanto o primeiro quanto o último lugar no ranking, encontram-se localizadas no Nordeste do país, RM São Luís e RM Maceió, respectivamente.

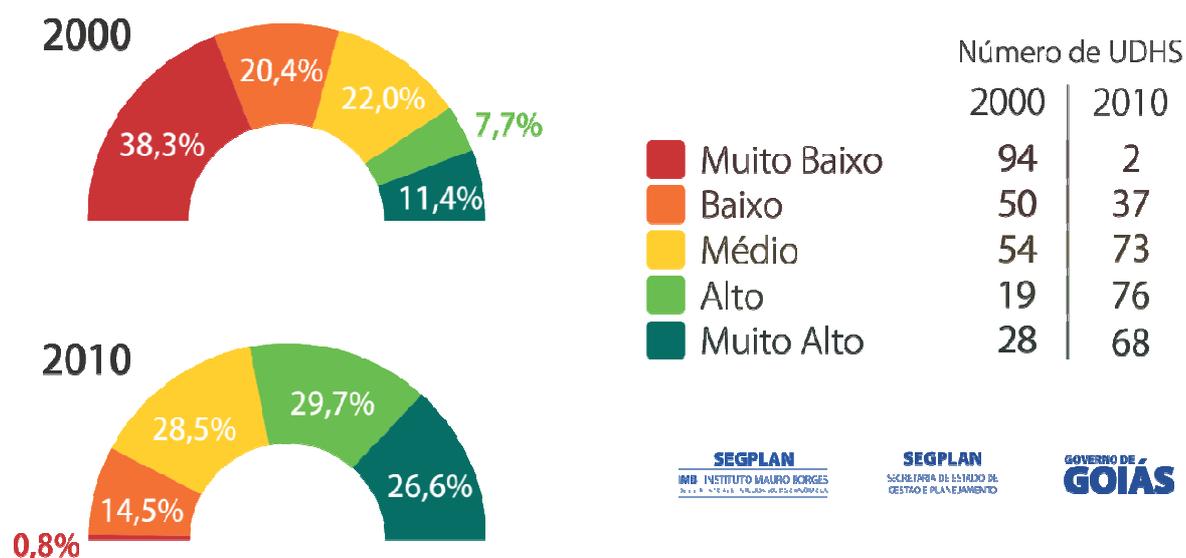
No Brasil em 1988, a nova Constituição estabeleceu uma porcentagem mínima de 25% das receitas de impostos e transferências destinados à educação básica sobre a responsabilidade dos Estados e municípios, impactando diretamente por meio de mais verbas no ensino. Já em meados da década de 90, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96), que direciona a educação no país. Por fim, também foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, contribuindo para a expansão do ensino fundamental (VELOSO, 2008). Portanto, observa-se uma estruturação na política educacional, o que corrobora a evolução do IDHM Educação neste período.

Ao analisar os dados educacionais de Goiás, além das variáveis consideradas no IDHM, observa-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) teve uma variação positiva, corroborando os resultados do IDHM Educação. O indicador do IDEB possui mensuração a partir de 2005, sendo realizado de dois em dois anos, existindo uma meta projetada a partir de 2007.

O IDHM Educação é a dimensão que apresenta os piores resultados, apesar de ter sido a área que mais evoluiu na última década. Em 2010 havia 54 UDHS em que menos de 50% da população com mais de 18 anos possuíam nível fundamental completo, 115 UDHS entre 50% e 75% da população com mais de 18 anos possuíam nível fundamental completo, e 87 UDHS até 95,63%.

Esta é a área que precisa de maior atenção do poder público. Nesta dimensão, em 2010, 39 UDHS foram classificados como desenvolvimento humano Baixo (37) e Muito Baixo (2), destacando que esta é a única dimensão, em 2010, que possui UDHS que ainda se localizam nas classificações Baixo ou Muito Baixo.

Figura 7: UDHS da RM Goiana - IDHM Renda, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Figura 8: Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação

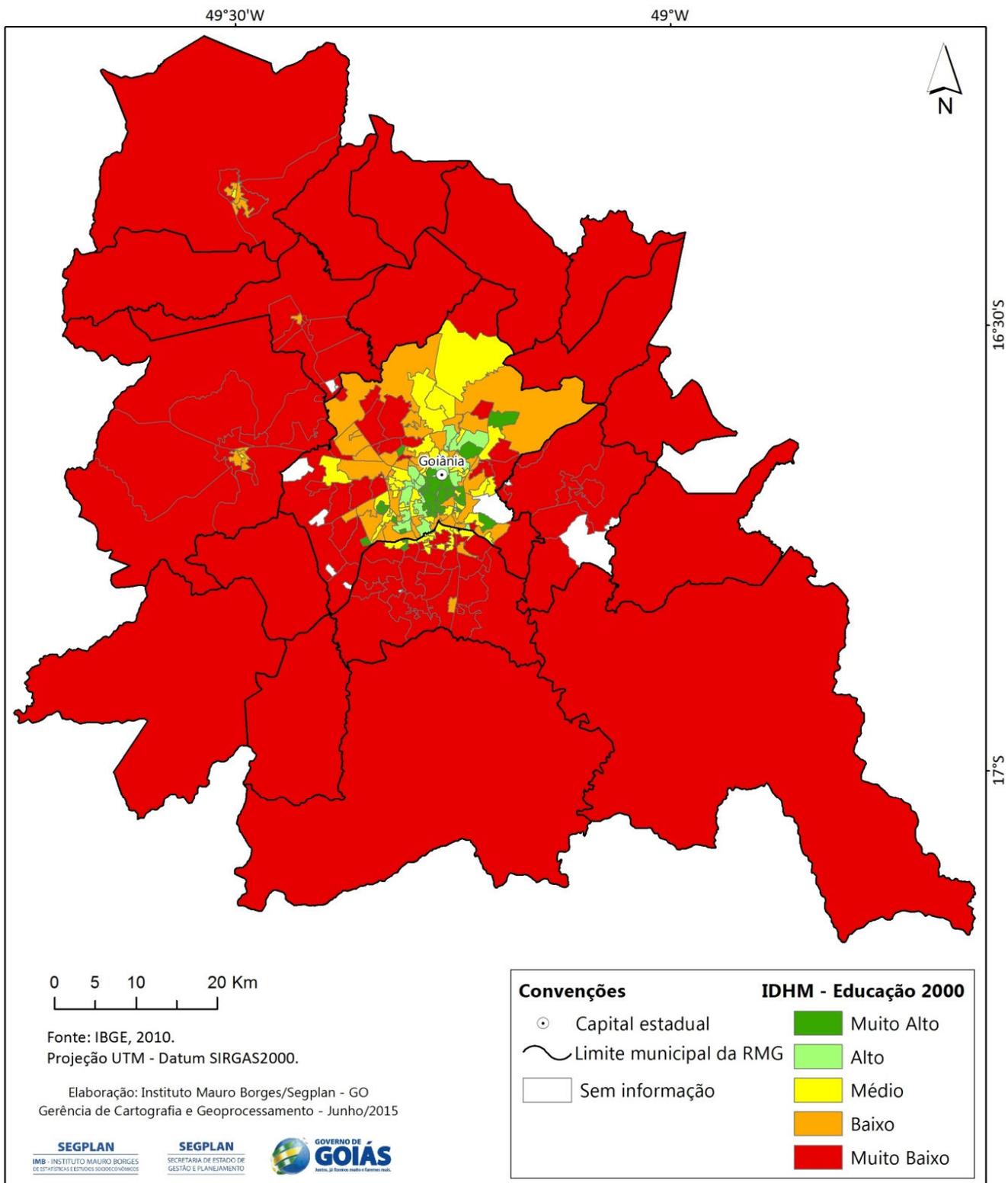
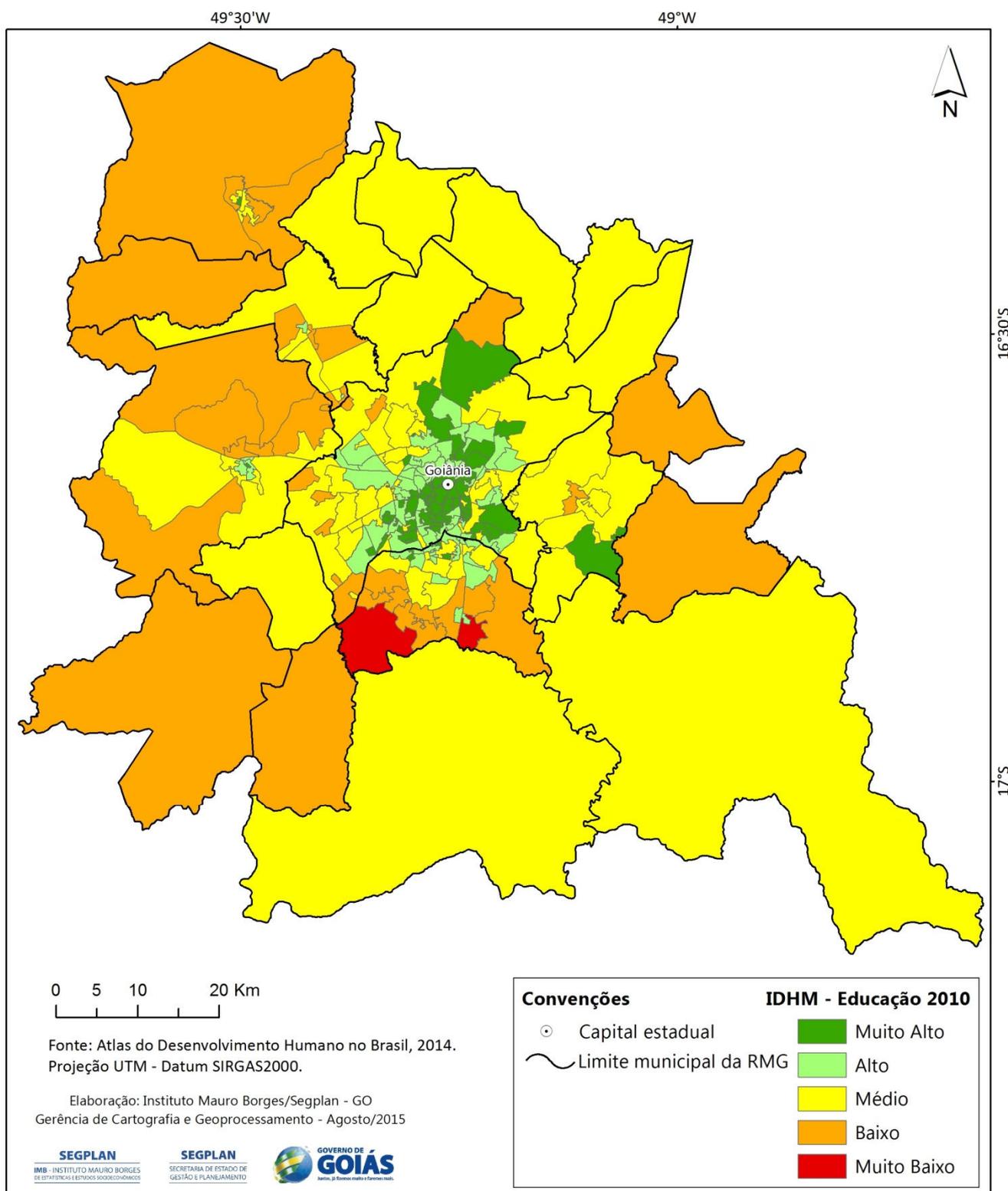


Figura 8: Região Metropolitana de Goiânia – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação - Continuação



**Tabela 7: RM Goiânia – IDHM Educação das UDHS –
Ranking piores e melhores em 2010**

Ranking	UDH	IDHM Educação
Os melhores classificados		
1	Bela Vista (Av. T-63)/Buena (Rua S-1)	0,933
1	Bela Vista: Estádio Serrinha/Pedro Ludovico: Parque Areião/Terminal Izidória	0,933
1	Bueno: Faculdade Objetivo/Oeste/Av. Perimetral	0,933
4	Aldeia do Vale/Monte Verde	0,92
4	Alphaville Flamboyant/Jardins Munique/Portal do Sol	0,92
4	Bueno: Av. T-63/Parque Vaca Brava	0,92
4	Jardim Europa/Jardins Florença	0,92
4	Jardins Milão/Jardins Paris/Jardins Atenas/Jardins Verona	0,92
4	Marista: Rua 87/ Av. 136/Av. Ricardo Paranhos	0,92
4	Região Garavelo/Condomínio Jardins Viena/Jardins Mônaco	0,92
Os piores classificados		
247	Distrito Santa Maria	0,536
247	Povoado do Cedro	0,536
247	Setor Laguna Park/Monte Sinai/Vila Emanuel/Pai Eterno II/Vila Maria	0,536
247	Setor Palmares	0,536
251	Independência Mansões/Jardins Florença/Virgínia Park	0,513
252	Condomínio Imperial/Chácara Pontakayana/Setor dos Bandeirantes	0,509
252	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	0,509
252	Samarah/Jardim Decolores/Clube do Lago/Setor Bela Vista	0,509
255	Região Central: Jardim das Acácias/Ana Rosa/INT Parque/ALV Sul	0,499
255	Região Tiradentes: Maranata/Jardim Dom Bosco/Ipê/Madre Germana	0,499

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

4. Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Goiânia pelas Faixas de Classificação do IDHM 2010

4.1 Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano Muito Alto

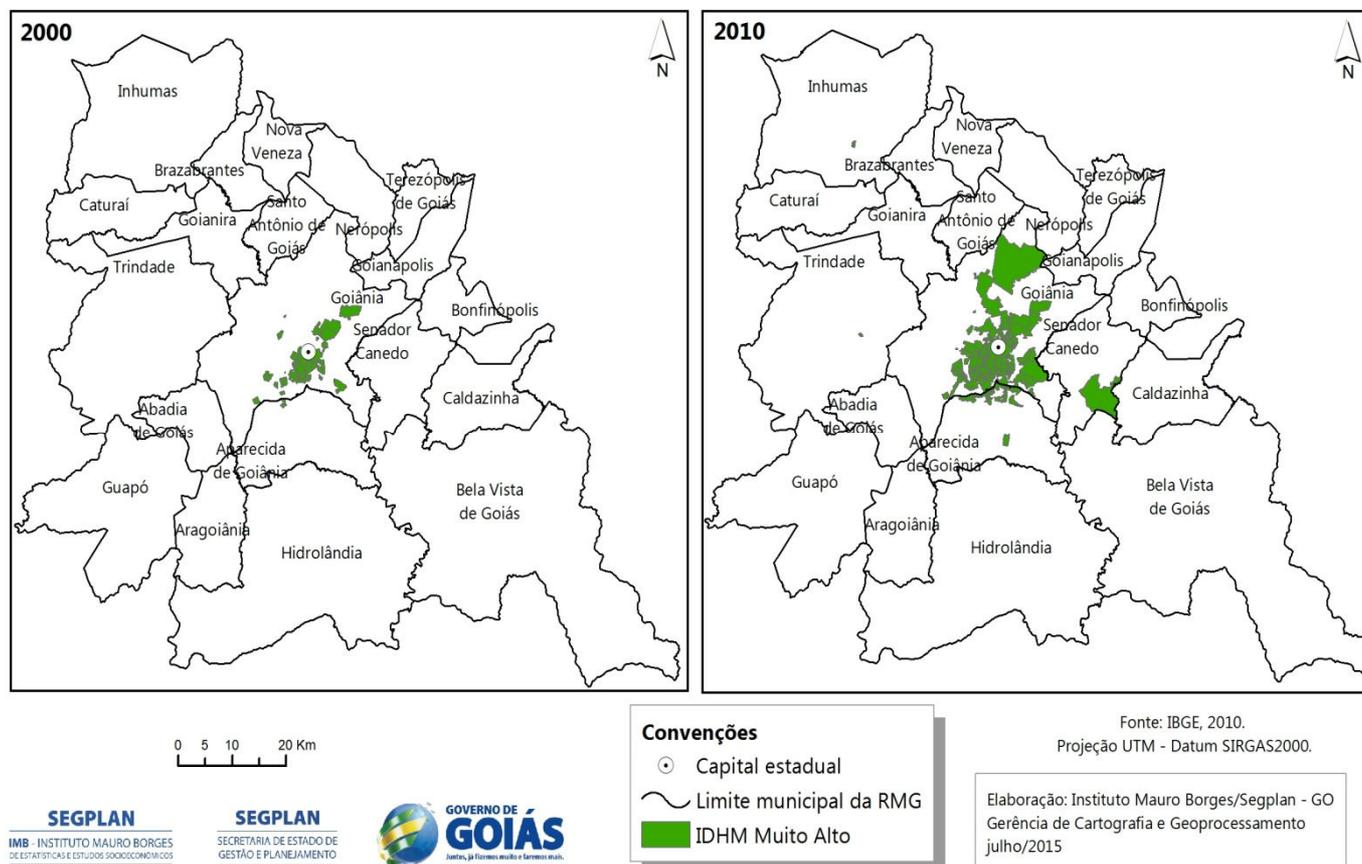
Neste tópico são analisadas as UDHS que estão classificadas na faixa de desenvolvimento humano Muito Alto. Enquadraram-se nesta classe 109 UDHS no ano de 2010. Este total representa 42,6% do total de UDHS da RMG. Em relação ao ano 2000, houve um aumento expressivo no número de UDHS que passaram a classe de UDH Muito Alto. No ano 2000, havia apenas 37 UDHS nessa condição representando um significativo aumento da qualidade de vida na RMG na primeira década do novo milênio.

O número de pessoas que viviam em áreas, cujo IDHM foi classificado como Muito Alto, passou de 187.916 para 612.299 pessoas. Além desse crescimento, houve grande aumento na área ocupada pelas UDHS com IDHM Muito Alto. No ano 2000, estas UDHS ocupavam uma área total de 53,16 km² passando para 248,61km². Desta forma, a densidade populacional deste grupo de UDHS diminuiu no período analisado, passando de 3.535 hab./km² no ano 2000 para 2.463 hab./km² em 2010.

O expressivo aumento na área destas UDHS reflete também uma nova configuração na localização destas áreas. No ano 2000, das 37 UDHS deste grupo a grande maioria se localizava em áreas centrais da Capital Goiânia e apenas uma se localizava fora deste município, a UDH Região Garavelo/Jardins Viena/Jardins Mônaco, localizada em Aparecida de Goiânia. Em 2010, há uma expansão desta classe ao redor das UDHS, que já se encontravam nesta condição no período anterior, na região de conurbação da capital com Aparecida de Goiânia e alguns centros urbanos de outras cidades da RMG (centro de Trindade, Inhumas e Aparecida de Goiânia). Do total de 20 cidades da RMG apenas cinco possuíam UDHS com IDHM Muito Alto em 2010. Além das quatro já citadas, a UDH Condomínio Alta Vista, margem esquerda da GO-019 se encontra em Senador Canedo. A diminuição da densidade demográfica desta classe se deve a, entre outros fatores, o grande aumento das urbanizações privadas conhecidas como condomínio fechados ou horizontais.

Na Figura 9 podemos verificar a localização das UDHS com IDHM Muito Alto nos anos de 2000 e 2010.

Figura 9: Localização das UDHs com IDHM Muito Alto – Região Metropolitana de Goiânia – 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Ainda que tenha ocorrido grande aumento no número de UDHs nesta mesma classe, é necessário entender que há grande heterogeneidade entre essas mesmas UDHs. O IDHM Muito Alto é o mais alto possível de se atingir, no entanto, isto significa que o intervalo da classe também é o maior entre as classes registradas na RMG em 2010, variando entre 0,800 a 1,000. Ou seja, os habitantes da UDH Região Vila Brasília Setor dos Afonsos/Bloco Residencial, cujo IDHM verificado em 2010 foi de 0,802, possuem um padrão de vida bastante diferente que os habitantes da UDH Aldeia do Vale/ Monte Verde que obteve um IDHM 0,953 no mesmo ano.

Neste sentido, ao se dividir a classe em questão em quatro subclasses: de 0,800 a 0,8499, de 0,8500 a 0,899, de 0,900 a 0,9499 e de 0,9500 a 1,000 as disparidades entre estas UDHs se tornam mais perceptíveis. Desta forma, temos que 40 UDHs estão na primeira subclasse, 39 na segunda subclasse, 22 na terceira subclasse e apenas sete na última subclasse, aquele com IDHM entre 0,9500 e 1,000.

Tabela 8: Distribuição das UDHs da Região Metropolitana de Goiânia com IDHM Muito Alto por subclasses e municípios em que se encontram – 2010

Subclasse	Frequência	Municípios em que se encontram
IDHM entre 0,800 e 0,8499	40	Aparecida de Goiânia e Goiânia
IDHM entre 0,8500 e 0,899	39	Aparecida de Goiânia, Goiânia, Inhumas, Senador Canedo e Trindade
IDHM entre 0,900 e 0,949	22	Goiânia
IDHM entre 0,9500 e 1,000	7	Aparecida de Goiânia e Goiânia

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Dentre as 18 UDHs de Aparecida de Goiânia com IDHM Muito Alto, 13 se encontram na primeira subclasse, 4 se encontram na segunda subclasse, nenhuma na terceira e apenas a UDH Região Garavelo/Condomínio Jardins Viena/ Jardins Mônaco na última subclasse. Esta UDH era a única que figurava entre as UDHs com IDHM Muito Alto já no ano 2000 fora de Goiânia. As UDHs de Inhumas, Trindade e Senador Canedo se encontram na segunda subclasse. Ou seja, todas as UDHs na terceira e na quarta subclasse pertencem ao município de Goiânia, com exceção da UDH citada acima. Isto demonstra que passados 10 anos a cidade de Goiânia continua observando um índice de desenvolvimento humano muito superior ao das outras cidades que compõem sua região metropolitana.

Por serem UDHs com desenvolvimento humano bastante elevado, a proporção de pobres² é baixa, apenas 0,97%. No entanto, esta ainda se revela uma boa medida para se perceber a discrepância interna do grupo. Enquanto que no quartil inferior da classe (IDHM entre 0,800 e 0,8499) se observa uma taxa de 1,49% de pobres, no quartil superior (IDHM entre 0,9500 e 1,000) esta taxa é de apenas 0,52%.

4.1.1 A Longevidade nas UDHs de Desenvolvimento Humano Muito Alto

Nesta seção é demonstrado o comportamento apresentado da dimensão longevidade nas UDHs que atingiram o IDHM Muito Alto em 2010. A dimensão longevidade utiliza a variável esperança de vida ao nascer para conformar sua nota geral.

A dimensão longevidade, dentre as três utilizadas, é a que demonstra o melhor comportamento entre as UDHs. Todas as UDHs apresentam um IDHM-L considerado Muito Alto, variando entre o mínimo de 0,884 e o máximo de 0,940. Cabe ressaltar que

² Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

esta também é a dimensão que apresenta a menor variação entre as UDHS desta classe. No ano 2000, esta também foi a dimensão que demonstrou os melhores resultados. Ainda assim, houve significativa melhora na década analisada. O mínimo observado no ano 2000 foi de 0,809 e o máximo foi de 0,878, ou seja, o mínimo observado em 2010 foi maior que o máximo observado no ano 2000.

A evolução nesta dimensão é percebida ao se analisar a variável esperança de vida ao nascer. No ano 2000, a pessoa que nascia na UDH, com menor esperança de vida ao nascer, tinha uma expectativa de viver, em média, 73,52 anos. Já a pessoa que nascia na UDH, com maior esperança de vida, tinha a expectativa de viver, também em média, 77,69 anos. Dez anos depois esses números eram de 78,02 e 81,41 anos. Novamente nota-se que a menor esperança de vida ao nascer em 2010 supera a maior esperança de vida no ano 2000.

A taxa de fecundidade³ das UDHS, que possuíam IDHM Muito Alto em 2010, aponta para uma alteração significativa na pirâmide etária destas regiões. Tanto no ano 2000 quanto em 2010, nenhuma das UDHS desta classe possuía taxa de fecundidade acima da taxa de reposição (2,1 filhos por mulher). Em 2000, a fecundidade máxima encontrada foi de 1,97 filhos por mulher e o mínimo de 1,15 filhos por mulher. Em 2010 o máximo foi de 1,79 e o mínimo de 1,13.

A taxa de envelhecimento⁴ dessas UDHS apresentou comportamento bastante díspare entre si. A média dos resultados encontrados nestas UDHS saiu de 4,99% em 2000 para 7,22% em 2010, revelando a tendência de envelhecimento da população estudada. No entanto, a amplitude dos resultados alargou bastante na década. Em 2000, a menor taxa de envelhecimento observada era de 1,34% e a maior de 12,1%. Já no ano de 2010, o mínimo era de 1,12% e o máximo de 17,05%.

Esses números resultam em razões de dependência baixas, contribuindo para criação de cenários mais favoráveis à produtividade e, conseqüentemente, à economia do Estado. Em Goiás, o peso dos dependentes sobre a população em idade ativa vem diminuindo no decorrer das décadas. Atualmente são 43 dependentes para cada 100 pessoas em idade produtiva, bem menos que em 1980, da ordem de 80 dependentes para 100 da PIA. Nas UDHS em análise, 95,37% possuem razão de dependência menor que a do Estado.

Outra variável interessante para se analisar a longevidade da população em análise é a probabilidade de uma pessoa recém-nascida viver até os 60 anos de idade. Nesta variável novamente nota-se que o mínimo obtido em 2010 de 87,52% supera o máximo obtido no ano 2000 de 86,58%. Mais uma vez revelando a expressiva melhora nas condições de vida nessas áreas na década estudada.

³ Número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade).

⁴ Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100.

4.1.2 A Renda nas UDHS de Desenvolvimento Humano Muito Alto

A dimensão da renda nas UDHS desta classe demonstra uma heterogeneidade muito maior que a dimensão longevidade. Enquanto no IDHM-L todas as UDHS obtiveram valores considerados muito alto em 2010, no IDHM-R 24 UDHS não atingiram o índice 0,800, logo ficando no patamar considerado apenas como alto. No entanto, também é notável a evolução nesta dimensão uma vez que no ano 2000, 62 destas UDHS não atingiram o patamar da classe Muito Alto. Cabe destaque aqui que, em 2010, sete UDHS desta classe obtiveram nota máxima no IDHM-R, ou seja, 1,000.

Estas sete UDHS constituem um grupo a parte, devido a seu alto índice de desenvolvimento humano. Todas as sete atingiram em 2010 o IDHM de 0,953. As 7 UDHS em questão são: Condomínio Jardins Viena/ Jardins Mônaco; Marista Rua 87/Av. 136/Ricardo Paranhos; Bueno Av. T-63/Parque Vaca Brava; Alphaville Flamboyant/Jardins Munique/Portal do Sol; Jardins Milão/Jardins Paris/ Jardins Atenas/Jardins Verona; Jardim Europa/Jardins Florença; Aldeia do Vale/Monte Verde.

Como se verifica ao longo deste estudo, a disparidade entre o desenvolvimento humano deste subgrupo de sete UDHS e o restante da RMG salta aos olhos. Nota-se que entre estas, duas UDHS estão localizadas em tradicionais bairros de classe alta em Goiânia (setores Marista e Bueno), mas as outras cinco UDHS são constituídas em sua integralidade por condomínios fechados. Esta é uma tendência recente não só na RMG como em toda a América Latina, como aponta recente estudo da agência das Nações Unidas para habitação – ONU Habitat – denominado *“Construcción de Ciudades más Equitativas – Políticas Públicas para la Inclusión em América Latina”*.

Segundo o referido estudo, as desigualdades nas cidades não estão relacionadas apenas com a renda, mas também em disparidades físicas manifestas. A segregação espacial não apenas é consequência da desigualdade como é um fator que a aumenta. As urbanizações fechadas limitam severamente a sociabilidade e a coesão social entre os cidadãos. Além disto, quando o indivíduo deixa de se ver no outro porque entre os dois existe uma grande distância de riqueza e prestígio, que além de tudo se materializa na “cidade murada”, o resultado é a quebra da confiança básica entre pessoas que nos permite colaborar livre e voluntariamente, gerando consequências sociais imprevisíveis (ONU Habitat, 2014).

Foto 1: Vista panorâmica de casas atrás de muros em condomínios fechados de Goiânia

Autor: Murilo Rosa Macêdo, setembro de 2015.



A foto acima demonstra a “cidade murada”. Conjunto de condomínios fechados, dos dois lados de uma via pública construída especialmente para o acesso a tais condomínios. As casas, em geral, não possuem muros internos dentro do condomínio, área considerada segura e coesa habitada por pessoas que possuem altos níveis de escolaridade, longevidade e renda. No entanto, um grande muro é construído separando e diferenciando o ambiente interno, privado, do ambiente público da cidade.

A renda *per capita* atual do grupo estudado é de R\$ 2.170,20, com valor mínimo de R\$ 969,31 para quatro UDHs da classe e valor máximo de R\$ 6.361,16 para as mesmas sete UDHs que obtiveram nota máxima nesta dimensão. Na comparação com 2000, a renda *per capita* deste grupo teve aumento real de 45% no período de 10 anos.

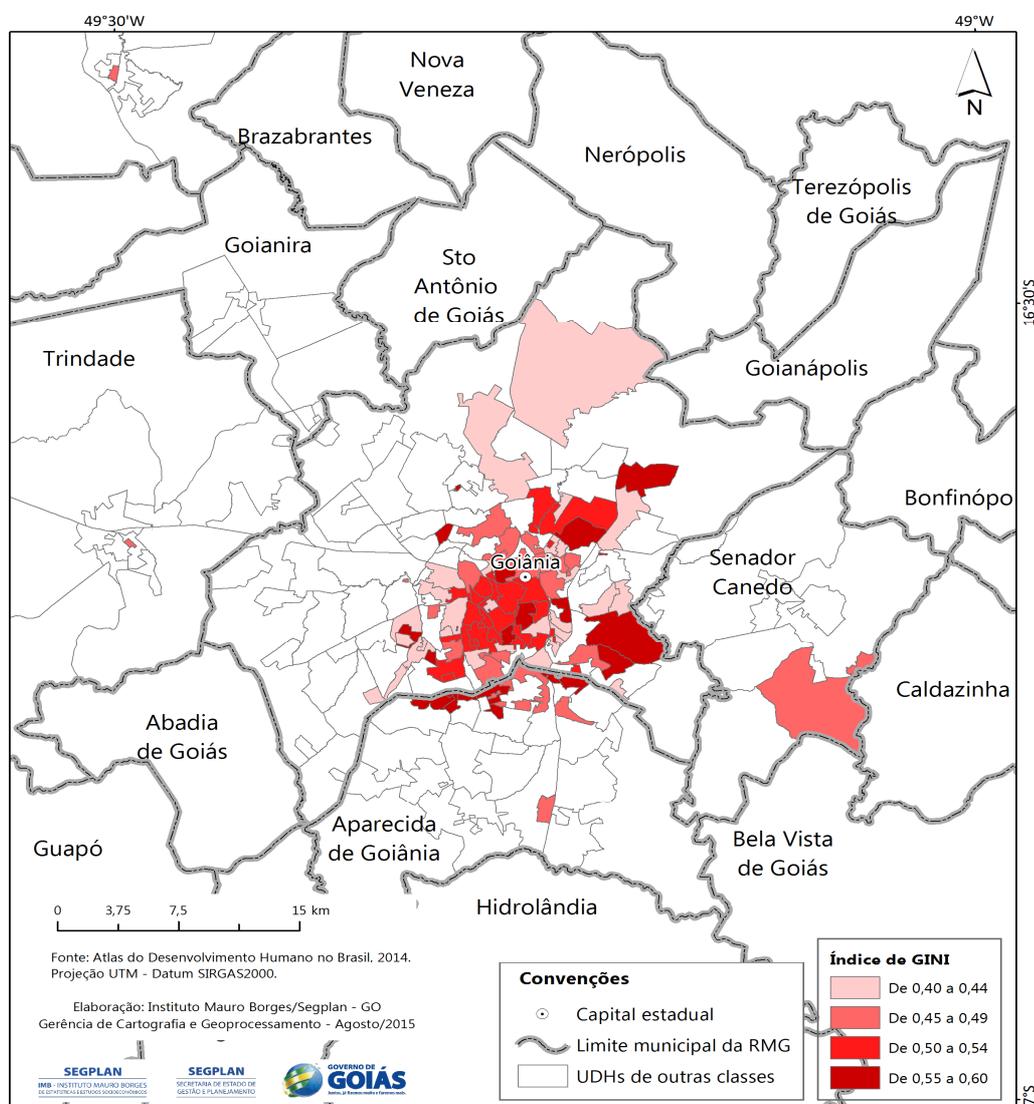
Apesar da renda relativamente elevada, é importante ressaltar a grande concentração de renda desta classe. Dentre as 108 UDHs em análise, em 87 os 20% mais ricos apropriam mais de 50% de toda a renda interna da UDH. Ademais, nas UDHs que apresentam a melhor distribuição de renda deste grupo, a renda apropriada pelos 20% mais ricos equivale a 48,07% de toda a renda da UDH. Ao levar em consideração a renda apropriada pelos 10% mais ricos a concentração de renda se torna ainda mais evidente. Nas sete UDHs com maior IDHM da RMG, os 10% mais ricos apropriam quase a metade ou 48,63% de toda a renda da UDH. Desta forma, temos que nestas sete UDHs, cerca de apenas 3.342 pessoas apropriaram, em agosto de 2010, R\$ 103.373.220,75. Dito de outra forma, esse número de pessoas possuíam no período uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 30.935,13.

A medida mais utilizada para se verificar a concentração de renda em uma sociedade é o índice de Gini. O valor do índice varia entre 0 (igualdade máxima em que todos recebem a mesma renda) e 1 (desigualdade extrema em que apenas um indivíduo se apropria de toda a renda de determinada sociedade). Utilizando-se deste índice, revela-se mais uma vez a grande desigualdade de renda dentro das UDHs desta classe. Este índice varia entre 0,42, nas UDHs com melhor distribuição de renda, e 0,59 nas UDHs com maior concentração de renda.

Para efeito de ilustração, temos que as UDHS melhor classificadas no índice de Gini possuem concentração de renda equivalente à da Rússia que é o 50º país mais desigual do mundo. No outro extremo, as UDHS com índice de Gini mais elevado, possuem uma renda tão concentrada quanto à da Namíbia, o sexto país com maior concentração de renda do mundo. O já citado grupo das sete UDHS, com maior desenvolvimento humano, também apresentam alta concentração de renda. Seu índice de Gini de 0,57 é comparável com o da Zâmbia, o nono país mais desigual do mundo, segundo dados da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA).

No mapa a seguir, se verifica a espacialização do índice de Gini nas UDHS com IDHM Muito Alto da Região Metropolitana de Goiânia no ano de 2010.

Figura 10: Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* das UDHS de IDHM Muito Alto da Região Metropolitana de Goiânia – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

4.1.3 A Educação nas UDHS de Desenvolvimento Humano Muito Alto

O IDHM Educação é aquele que utiliza o maior número de variáveis. Ele se utiliza de dados a respeito de praticamente todas as faixas etárias em idade escolar para chegar ao índice final da dimensão. Na dimensão educação, nota-se a maior evolução para as UDHS desta classe entre as dimensões utilizadas no cálculo do IDH.

Em 2010, todas as UDHS desta classe obtiveram IDHM-E considerados Alto ou Muito Alto, sendo que 62,96% das UDHS estavam na faixa considerada Muito Alto. No ano 2000 a realidade era bastante diferente, com 55,26% das UDHS estando nas faixas consideradas Baixo (8 ocorrências) e Médio (49 ocorrências). Ainda no ano 2000, apenas 26,66% das UDHS tinham o IDHM-E Muito Alto.

A taxa de analfabetismo também revela a evolução deste grupo no decorrer de 10 anos. Mesmo com o grande aumento na população do grupo, o número de analfabetos com 15 anos ou mais de idade caiu de 11.919 pessoas ou 2,8% para 7.725 pessoas ou 1,5%.

As UDHS, em estudo, têm aproximadamente 93% das crianças entre cinco e seis anos de idade frequentando alguma rede de ensino. Vale lembrar que desde 2009, em virtude da Emenda Constitucional nº 59, é obrigatória a matrícula de todas as crianças a partir dos quatro anos de idade⁵. Salienta-se a existência de 32 UDHS que contam com todas as suas crianças nessa faixa etária frequentando a escola. No ano 2000 nenhuma UDH atingia a universalidade do ensino nessa faixa.

Tão importante quanto a inserção da criança na rede de ensino é a sua permanência nele. Em realidade, o histórico brasileiro e goiano é que esta permanência se apresenta como um desafio ainda maior. A taxa de frequência líquida⁶, no ensino fundamental das UDHS de IDHM Muito Alto, é superior aos 89%, porém apresenta uma queda em relação a 2000 quando era superior a 94%. Mas ao se analisar a faixa etária dos 11 aos 13 anos, nota-se que 90% desse grupo estão nos anos finais do ensino fundamental, fase adequada para essas idades, ao passo que em 2000 esse percentual era de pouco mais que 82%.

Ainda com relação à dificuldade da permanência da pessoa na escola, nota-se a piora dos dados quando se verifica o ensino médio. Apenas 58,14% dos jovens entre 15 a 17 anos, nas UDHS com o maior desenvolvimento humano da RMG, estão frequentando o ensino médio. Neste mesmo grupo populacional somente 79,62% dos jovens haviam concluído o ensino fundamental. Ainda que os dados continuem preocupantes, nota-se certa evolução na década analisada. No ano 2000, apenas 55% dos jovens nessa faixa etária frequentavam o ensino médio e 65% haviam completado o ensino fundamental. Na população residente com 18 anos ou mais apenas 70% haviam concluído o ensino médio.

No tocante ao ensino superior, apenas 35% da população, de 25 anos ou mais das UDHS de IDHM Muito Alto, concluíram esse nível de ensino. Neste quesito nota-se

⁵ Tal emenda foi regulamentada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

⁶ Percentual do número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado em relação à população total dessa mesma faixa etária.

grande evolução em relação ao ano de 2000 quando apenas 19,52% da população nesta faixa etária haviam concluído o ensino superior. Mais uma vez salta aos olhos a heterogeneidade do grupo estudado. Seis UDHS desta classe têm apenas 12,98% das pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo, todas elas localizadas em Aparecida de Goiânia. Por outro lado, no grupo das sete UDHS com maior desenvolvimento humano este índice é de 67,07%.

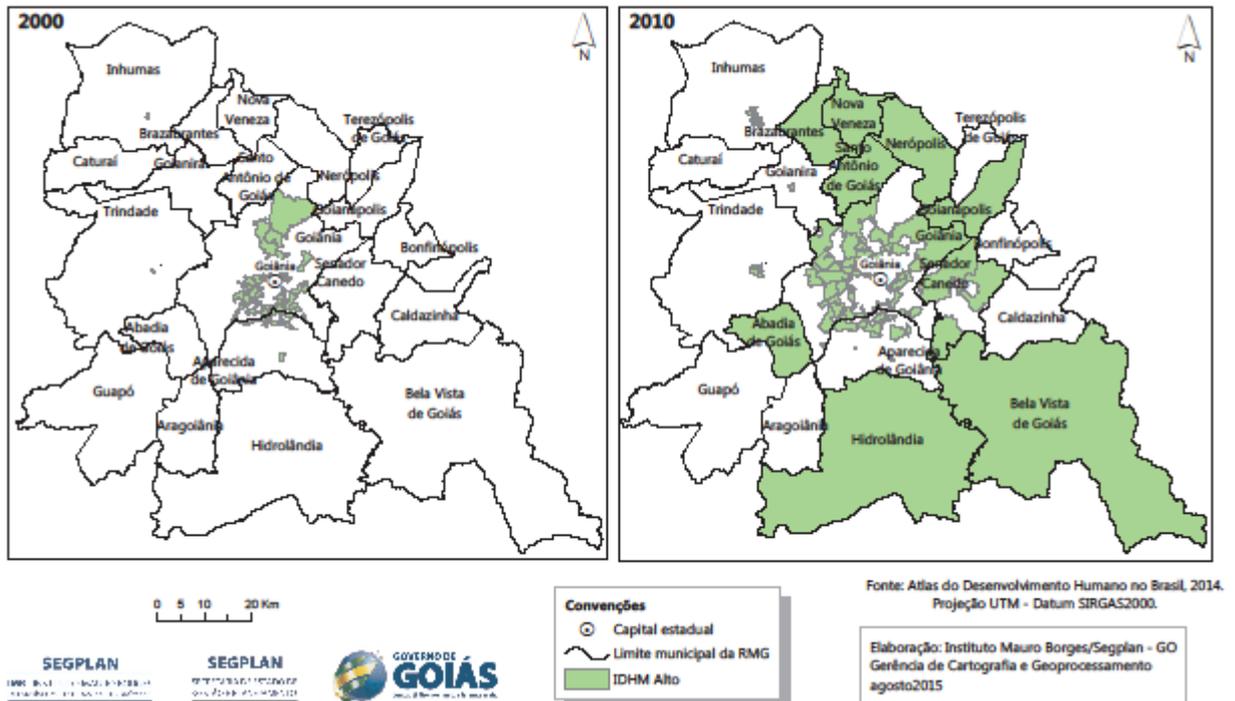
4.2 Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano com IDHM Alto

Nesse tópico será abordado o grupo de Unidades de Desenvolvimento Humano – UDH – que estão classificadas com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Alto. Na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), em 2010, existiam 79 UDHS nessa situação. Esse total representa 30,86% das 256 UDHS da região, tendo aumentado sua participação em somente um ponto percentual comparando-se com 2000. Contudo, enquanto nesse ano apenas 22,5% da população da Região Metropolitana estavam em unidades com IDHM Alto, em 2010 essa representatividade cresceu para quase 38%.

Tal crescimento é resultado da incorporação de novas áreas, se dando com o espraiamento das unidades para a periferia da RMG. O número absoluto de UDHS, com índice de desenvolvimento humano Alto, cresceu em apenas seis unidades, entretanto a área das UDHS que agora compõem essa classe se expandiu mais de 2.000%, saindo de 171,34 km² para 3.650,81km². Além disso, a população que era de 392.089 pessoas em 2000 saltou para 824.636 habitantes, acréscimo superior a 110%. Assim, a conjugação entre área e população mudou fortemente em apenas 10 anos: no início da década a densidade demográfica era de 2.288 hab/km² e passou para apenas 225 hab/km².

A periferização das UDHS de desenvolvimento humano Alto, como pode ser atestada na Figura 1, resultou na incorporação de número expressivo de municípios, hoje são 14 com alguma unidade nesse nível (em 2000 eram apenas quatro). Ressalta-se que oito desses municípios são eles próprios uma UDH, justificando o aumento da área desse grupo e a baixa densidade demográfica (comparada ao valor de 2000), pois abarca-se todo o espaço rural dessas localidades.

Figura 11: Localização da UDHs com IDHM Alto – Região Metropolitana de Goiânia – 2000 e 2010



A Tabela 9 traz os municípios que possuem UDH com IDHM Alto e as respectivas populações por faixa etária. Nota-se, como já exposto, diferente de 2000, forte dispersão pelos municípios da RMG. Todavia, o espraiamento de UDHs não esconde a intensa concentração das unidades desse grupo no município de Goiânia, que detém 64,6% das UDHs com desenvolvimento humano Alto. Há ainda forte aglutinação de pessoas nas UDHs da Capital: mais de 67% da população do grupo estão nessas localidades; Goiânia também concentra a população em idade ativa (PIA) do grupo – mais de 68% das pessoas entre 15 e 64 anos têm Goiânia como domicílio. Vale sublinhar que a PIA é quase 72% de toda a população desse segmento de UDHs, seguido pelas crianças com 22,7% e os idosos com 5,5%.

Tabela 9: Municípios da Região Metropolitana de Goiânia com UDH de IDHM Alto por quantidade de UDH e população por faixa etária – 2010

Município	Nº de UDH	População			
		De 0 a 14 anos	De 15 a 64 anos	Mais de 64 anos	Total
Abadia de Goiás	1	1.728	4.754	394	6.876
Aparecida de Goiânia	9	24.492	75.204	4.437	104.133
Bela Vista de Goiás	1	5462	17.167	1.925	24.554
Brazabrantes	1	709	2.238	285	3.232
Goianápolis	1	2.699	7.303	693	10.695
Goiânia	51	125.643	403.147	29.771	558.561
Goianira	2	885	3.114	279	4.278
Hidrolândia	1	4.311	11.890	1.197	17.398
Inhumas	3	3.517	13.196	1.598	18.311
Nerópolis	1	5.858	16.877	1.475	24.210
Nova Veneza	1	1.856	5.628	645	8.129
Santo Antônio de Goiás	1	1.169	3.293	241	4.703
Senador Canedo	3	5.760	15.349	1.070	22.179
Trindade	3	3.277	12.507	1.593	17.377
TOTAL	79	187.366	591.667	45.603	824.636

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A evolução do IDHM das UDHs de desenvolvimento humano Alto merece destaque. Em 2000, mais de 88% desse grupo estavam na classe do desenvolvimento Médio (70,9%) ou Baixo (17,7%) e somente seis UDHs (ou 7,6%) permaneceram com a classificação Alto (três unidades não existiam em 2000 e apareceram em 2010 já nessa classe). De modo que todas as outras UDHs que estavam com IDHM Alto, decorridos 10 anos, subiram para a classe Muito Alto. Há, portanto significativa evolução no desenvolvimento socioeconômico dessas localidades. Contudo, internamente, é possível encontrar certas disparidades entre elas.

As heterogeneidades do grupo podem ser captadas, inicialmente, pela amplitude das notas obtidas na composição do IDHM de cada UDH. O intervalo da nota, do índice da classe Alto vai de 0,700 a 0,799, quanto mais elevado, maior o desenvolvimento humano da localidade; das 79 UDHs em análise, 36,7% estão na metade inferior da nota, sendo que seis se localizam no limiar mais baixo, com índice de 0,700; na metade superior, 33 (ou seja, 42% do total) UDHs estão entre os índices 0,751 e 0,775 e nas maiores médias (0,796) há apenas três UDHs.

As discrepâncias internas se revelam a despeito de uma amplitude não tão expressiva dentro da classe (se comparada com a classe de desenvolvimento Muito Alto,

por exemplo). A análise da proporção de pobres⁷, por exemplo, mostra que as UDHs situadas no primeiro quartil da nota, (de 0,700 a 0,724), têm uma taxa de 5,8%, enquanto que nas do quarto quartil (de 0,775 a 0,799) essa porcentagem é pouco superior a 2%. Na primeira situação, há caso de UDH (Goianápolis) com proporção de pobres maior que 17%; e, na segunda, existem localidades onde essa taxa é inferior a 1,8%.

Quando o universo é somente das crianças de 0 a 14 anos, o quadro também se mostra dissonante: 10,7% das crianças do primeiro quartil são pobres, enquanto que 4,2% das que estão no quarto quartil superior da nota estão nessa condição. Há, também, situações extremas com UDH em que 32% das crianças são pobres e outra com apenas 3% das crianças nessa condição. Sublinha-se que a taxa do grupo é de 7,5% de crianças em situação de pobreza.

Há outras variáveis que atestam a heterogeneidade do grupo em análise e revelam que, por mais que exista coesão no índice de desenvolvimento humano, é possível se encontrar realidades extremadas. Como último exemplo dessa parte, pode-se citar que apenas sete UDHs com IDHM Alto têm mortalidade infantil abaixo da taxa considerada aceitável pela Organização Mundial de Saúde – OMS – que é de 10 mortes para 1.000 nascidos vivos; por outro lado, seis possuem taxas acima da brasileira em 2010 (15,6), com a UDH Unidade Territorial de Planejamento Finsocial apresentando taxa de 18,7 mortes para cada 1.000 nascidos vivos.

É importante destacar a acentuada evolução desse grupo de UDHs nesses dois últimos indicadores. Em 2000, a mortalidade infantil estava na casa dos dois dígitos em todas as unidades, sendo a melhor situação com 17,5 mortes por 1000 nascidos vivos e a pior com 33 mortes por 1000 nascidos vivos (Goianápolis); somente 13 UDHs tinham mortalidade infantil abaixo de 20, sendo que dessas, sete estavam acima de 19,5 mortes por 1000 nascidos vivos. Atrelado a isso, a porcentagem de crianças pobres do grupo em 2000 era de 19,5%, portanto, teve um decréscimo de 12 pontos percentuais em uma década. A UDH de Goianápolis também era a de pior resultado, com mais de 45% das crianças em situação de pobreza e apenas cinco unidades tinham essa taxa abaixo de 10%.

Destarte, comprova-se, mesmo com esses poucos exemplos, que o quadro socioeconômico das UDHs, em estudo, evoluiu consideravelmente nos últimos 10 anos. Mas a evolução não suplantou as desigualdades internas no grupo, que continuou apresentando realidades distintas. Entretanto, percebe-se que os extremos ficaram menos distantes, em virtude da forte evolução que as áreas menos desenvolvidas sofreram, fazendo aparecer uma tendência de aproximação e coesão no grupo.

Tal mecanismo é entendido por Arrais como o rompimento da visão clássica de centro e periferia, tornando-a anacrônica. Diz o autor:

⁷ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Para referência, informa-se que a taxa do grupo de UDH com IDHM Alto é de 3,89%.

Foto 2: Paisagem da Avenida Igualdade – Aparecida de Goiânia, Goiás
Autor: Rui Rocha Gomes, setembro de 2015.



As transformações na paisagem urbana ocorrem nas demais cidades e podem ser interpretadas a partir da consideração das centralidades dos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira. Essa perspectiva de análise rompe, de certa forma, com a imagem tradicional de hegemonia do polo central e com o epíteto de cidades-dormitórios reservado aos municípios periféricos (2013, p. 188).

Esse movimento pode ser percebido pela Foto 2 que mostra a paisagem da Avenida Igualdade, localizada na UDH Garavelo: Garavelo Residencial Park/Jardim Helvécia/Bairro Cardoso no município de Aparecida de Goiânia. Tem-se claramente a instalação de uma centralidade com forte presença do comércio varejista e intenso fluxo de pessoas e veículos, demonstrando uma pulsante atividade comercial mesmo estando distante do polo central da Região Metropolitana de Goiânia.

4.2.1 A Longevidade nas UDHs de Desenvolvimento Humano Alto

A Dimensão Longevidade utiliza, como já salientado, a variável Esperança de Vida ao Nascer para instituir sua nota específica, com ela integraliza o IDHM Geral. Assim, essa dimensão, e as outras duas também, possui peculiaridades que permitem análises específicas sobre a própria dimensão. Passa-se agora as digressões que a variável formadora da longevidade provoca.

Como cada dimensão tem sua própria nota dentro do referencial do IDHM Geral, é possível explorá-la relacionando-a com as classes do índice maior. Dessa maneira, chama atenção o fato de apenas uma UDH, do grupo com desenvolvimento humano Alto, possuir índice entre 0,700 e 0,799 de IDHM Longevidade; todas as outras 78 têm nota acima de 0,800, portanto, podendo ser rotuladas como Muito Alto. Em 2000, no

grupo dessas UDHS somente 13 tinham IDHM Longevidade classificado como Muito Alto.

A nítida evolução no quesito esperança de vida ao nascer, como não poderia deixar de ser, é a responsável pela mudança do quadro. Em 2000, a UDH com a menor esperança de vida tinha a cifra de 67,5 anos e a maior atingia 74,8 anos; depois de 10 anos esses números passaram para, respectivamente, 71,4 e 77,8 anos. Além disso, fazendo-se uma média geométrica das esperanças de vida ao nascer das 79 UDHS, percebe-se o substancial avanço nesse quesito: em 2000 o resultado desse grupo era de 71,5 anos de média, passando para 75,7 em 2010, aumento de quatro anos na esperança de vida ao nascer do grupo.

O aumento da esperança de vida da população é corroborado pelo crescimento da participação das pessoas com mais de 64 anos no bojo da população em geral. A representatividade dos idosos aumentou significativamente no Brasil e em Goiás como mostra a Tabela 10.

Tabela 10: Taxa de Envelhecimento (TE) e Índice de Envelhecimento (IE)⁸ por localidades selecionadas – 2000 e 2010

Localidade	2000		2010	
	TE	IE	TE	IE
Brasil	5,8	19,7	7,4	30,7
Goiás	4,6	15,8	6,2	25,9
Região Metropolitana de Goiânia	4,1	14,7	5,7	25,1
UDHs de IDHM Alto em 2010	4,0	14,2	5,5	24,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Mais que somente o aumento do número de idosos na sociedade, a elevação da participação daqueles com mais de 64 anos é resultado do decréscimo significativo da população infantil. Percebe-se, também pela Tabela 10, que a proporção entre idosos e crianças se alterou fortemente na derradeira década. A ampliação do índice de envelhecimento deriva do chamado envelhecimento pela base, em que, além do alargamento das faixas etárias mais altas, há algo ainda mais representativo, a forte diminuição do contingente de crianças. Tal decréscimo é fruto das baixas taxas de fecundidade da população nos últimos anos.

Em 2010, Goiás tinha média de filhos por mulher em idade fértil (15 a 49 anos) de 1,86; nas UDHS de IDHM Alto, no mesmo período, mais de 72% estão abaixo da cifra estadual e, doutro lado, apenas três delas têm dígitos acima da taxa de reposição (2,1 filhos por mulher). Pelos dados de 2000, 28 dessas UDHS, que hoje tem IDHM Alto, estavam acima ou dentro da taxa de reposição e 26 unidades tinham fecundidade total abaixo de dois filhos por mulher.

⁸ Taxa de Envelhecimento é a proporção de idosos (65 anos ou mais) frente à população total; Índice de Envelhecimento é a quantidade de idosos para cada 100 crianças (0 a 14 anos).

Esses números resultam em razões de dependência baixas, contribuindo para criação de cenários mais favoráveis à produtividade e, conseqüentemente, à economia do Estado. Em Goiás, o peso dos dependentes, sobre a população em idade ativa, vem diminuindo no decorrer das décadas. Como visto anteriormente, o Estado possui hodiernamente 43 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa, cifra bem inferior a de 1980, que era de 80 dependentes para 100 da PIA.

Nas UDHS em análise, 85% possuem razão de dependência menor que a do Estado. Casos opostos chamam a atenção: uma UDH, no município de Goianira, tem a menor proporção de dependentes, apenas 25; e, em Senador Canedo, numa situação inversa, uma UDH com 55 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa.

A baixa razão de dependência cria condições de avanços econômicos e sociais alavancados pelo direcionamento dos investimentos para o setor produtivo. Nesse processo é preciso não se esquecer da forte tendência de crescimento da população idosa, marcada pelo aumento constante da esperança de vida ao nascer. Portanto, faz-se necessário a conformação de uma realidade econômico-social que vislumbre a mudança da natureza dos dependentes num futuro próximo. Não serão as crianças o grupo com o maior peso para a sociedade e sim os idosos, com suas carências e necessidades específicas.

4.2.2 A Renda nas UDHS de Desenvolvimento Humano Alto

A dimensão da renda no IDHM se vale somente da renda *per capita* para extrair sua média. O rendimento por pessoa é importantíssimo para a análise da desigualdade entre as diferentes classes existente na sociedade, contudo não se pode limitar o estudo das relações socioespaciais e econômicas a apenas essa variável. Mesmo enfocando somente dados relativos à renda, é possível se aprofundar no exame das diferenças, similitudes, desigualdades e agregações existentes no cerne do grupo formado pelas UDHS de desenvolvimento humano Alto.

Diferentemente da dimensão longevidade, as médias da dimensão renda não atingem patamares da classe Muito Alto. A despeito disso, mais de 91% se classificam como IDHM Renda Alto, com notas variando entre 0,707 e 0,773; o restante das UDHS tem valores da classe de referência Média. Em 2000, apenas 16% das UDHS do grupo tinham renda *per capita* suficiente para classificá-las como de desenvolvimento humano Alto e 76% estavam na classe de IDHM-R Médio; o grupo ainda contava com três UDHS no nível Baixo da dimensão renda (vale lembrar que três UDHS surgiram depois de 2000).

A renda *per capita* atual do grupo estudado é de R\$ 739,62, com valor mínimo de R\$ 521,40 para a UDH Nova Veneza (próprio município) e valor máximo de R\$ 981,65 da UDH que engloba domicílios dos setores Parque das Flores, Humaitá, Residencial das Acácias e Jardim Ipê no município de Goiânia. Na comparação com 2000, a renda *per capita* das unidades em foco teve aumento real de 47% no período de 10 anos.

Avançando-se um pouco mais na análise, notam-se discrepâncias entre subgrupos das UDHS de IDHM Alto. Os valores da renda *per capita*, média domiciliar dos

20% mais pobres, variam entre R\$ 95,40 e R\$ 279,26; já os valores mínimo e máximo dos 20% mais ricos são de R\$ 1.262,41 e R\$ 2.353,02, respectivamente. Somado as tais disparidades, esse último subgrupo apropria mais de 48% de toda a renda das 79 UDHS sob análise, enquanto os outros 80% ficam com menos de 52% dos rendimentos do grupo. Essas porcentagens estavam invertidas em 2000, com o quinto mais rico detendo 52% de toda a renda e o restante da população se apropriando de 48%.

O descompasso da apropriação das rendas nas UDHS se dá mesmo com a alta taxa de atividade das pessoas com mais de 17 anos⁹: apenas três localidades estão abaixo de 70% e 42 têm mais de 75% das pessoas dessa faixa etária em situação economicamente ativa. Dentro do universo da PEA (População Economicamente Ativa), vale ainda ressaltar que 52% das UDHS possuem taxa de desocupação¹⁰ abaixo dos 5% e que em apenas três essa taxa supera 7%.

Contudo, é preciso avaliar o grau de formalização dos ocupados¹¹, pois essa situação traz consigo, além de direitos e garantias, a indicação de melhores rendimentos. Assim, daqueles com 18 anos ou mais que estavam ocupados em 2010, 59% eram formalizados em sua ocupação; em 2000 essa porcentagem era de 51%. Ressalta-se que nas UDHS de IDHM Alto, 41 têm grau de formalização superior aos 60%, mais nenhuma alcança 67% de formalização. Outro dado que chama a atenção é o caso da UDH Goianápolis (que é o próprio município homônimo) onde pouco mais de 32% dos ocupados com mais de 17 anos são formalizados; em 2000, essa UDH tinha somente 19% de grau de formalização. É necessário frisar que a informalidade implica numa baixa qualidade do emprego, em rendimentos inferiores, na instabilidade do trabalho e, claro, na ausência de proteção e de direitos de diversas naturezas.

Ainda dentro da desigualdade de renda dentro do grupo de UDHS com IDHM Alto, o Mapa 1 mostra a espacialização do Índice de Gini¹² da renda domiciliar *per capita*. Observa-se que internamente esse grupo apresenta dissonâncias no nível da desigualdade de renda de suas localidades: a maioria das UDHS (73,4%) está situada na faixa entre 0,40 e 0,44 do Coeficiente de Gini, implicando numa desigualdade de renda moderada; há outras 15 UDHS que têm coeficiente de Gini abaixo de 0,40, apresentando uma desigualdade de renda aceitável; por outro lado, em seis localidades (ou 7,6% do total) a distribuição da renda ainda é fortemente desigual, destacando a UDHS de Goianápolis e a de Bela Vista de Goiás (também municípios) com 0,52 e 0,51 de Índice de Gini.

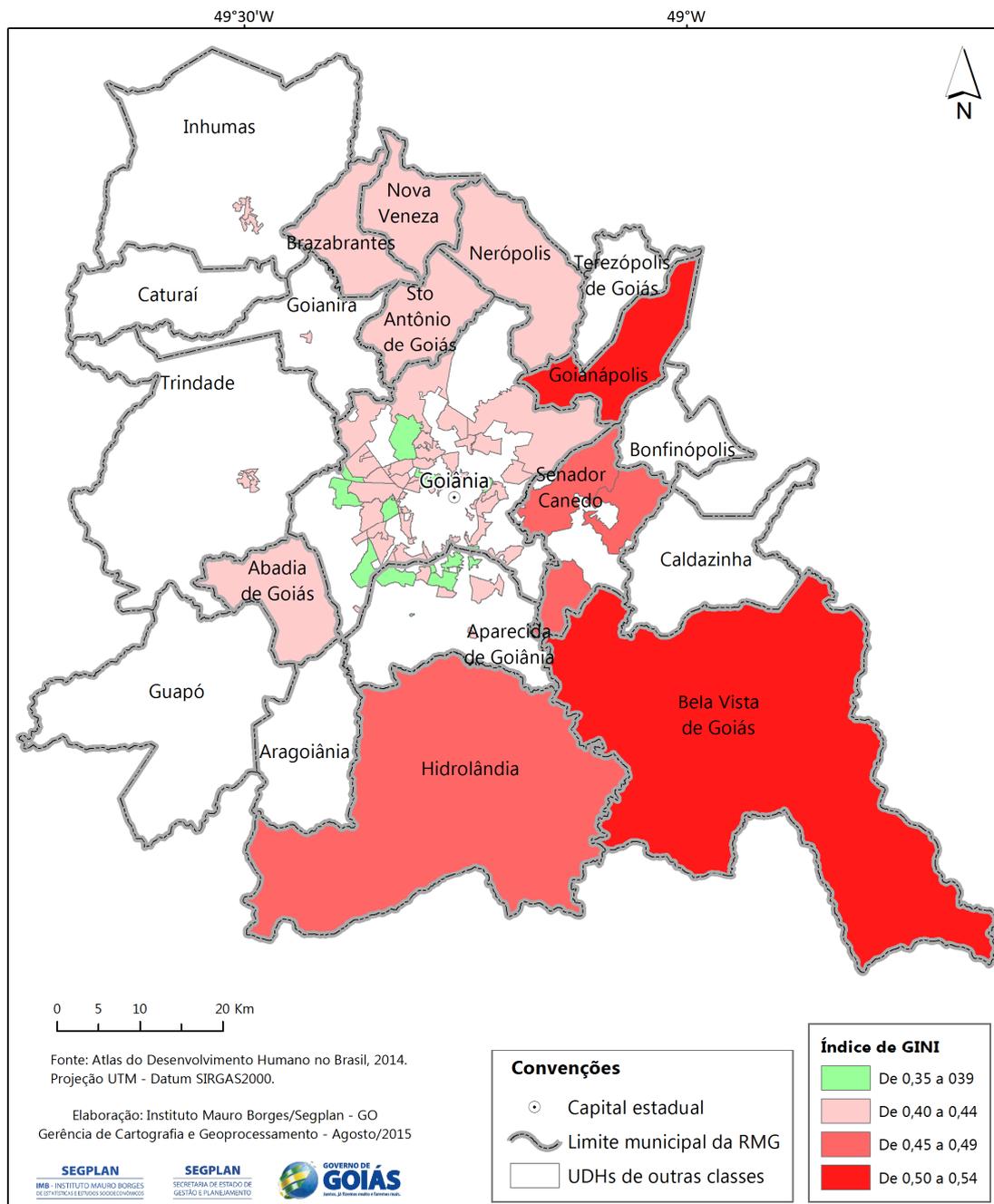
⁹ A taxa de atividade é obtida pela razão entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo, e o total de pessoas nesta faixa etária.

¹⁰ Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

¹¹ Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial.

¹² O Índice ou Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor) e tende a 1 a medida que a desigualdade aumenta.

Figura12: Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* das UDHs de IDHM Alto da Região Metropolitana de Goiânia – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

4.2.3 A Educação nas UDHs de Desenvolvimento Humano Alto

O cálculo do IDHM Educação leva em consideração cinco variáveis, diferente das outras dimensões que se valem de apenas uma informação. Portanto, a apuração educacional é mais complexa, abrangente e, pode-se dizer, mais consoante à realidade. As variáveis utilizadas abarcam praticamente todas as faixas etárias da idade escolar,

perscrutando desde o percentual da população de cinco a seis anos na escola até aqueles de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo. Além disso, infere-se as proporções das crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental, os jovens de 15 a 17 anos com essa modalidade completa e, ainda, as pessoas de 18 a 20 anos que concluíram o ensino médio.

Além de todas as variáveis da dimensão educação, este tópico analisará outros dados da formação educacional dos residentes das UDHs de IDHM Alto, tentando abarcar a maior gama de informações dessa realidade. Assim, é nítida a evolução no quadro educacional desse grupo no decorrer de 10 anos: em 2000, 90% das unidades tinham IDHM Educação classificados com Baixo ou Muito Baixo (essa última com 38%) e apenas cinco unidades se enquadravam com desenvolvimento humano Médio na dimensão educação; passada uma década, essas localidades elevam seus patamares educacionais de modo que nenhuma tem notas abaixo de 0,601 no IDHM-E. Assim, 54% se inserem na classificação Média e 46% na Alta.

Mesmo não contribuindo para o cômputo do IDHM-E, as taxas de analfabetismo dão a noção do avanço que o grupo em análise alcançou. Atualmente (sempre dados de 2010), as UDHs de IDHM Alto possuem 4,8% de sua população de 15 anos ou mais analfabetas, em 2000 eram 7,6%. Todavia, é importante levar em conta o aumento populacional dessas unidades na avaliação desse dado. Os analfabetos somavam 37.102 pessoas em 2000 e em 2010 eram 30.385, redução de 22%, mesmo havendo um acréscimo populacional de 22% nessas UDHs. Pode-se inferir que, além da possibilidade da alfabetização daqueles que não sabiam ler e escrever, o contingente de novos habitantes chegou reduzindo a taxa de analfabetismo¹³.

Faz-se necessário sublinhar a existência de duas UDHs com analfabetismo da população com mais de 14 anos, acima de 10 pontos percentuais. Na UDH Goianópolis essa taxa é superior a 16%, tendo evoluído timidamente em comparação a 2000, cuja cifra era de 17,7%. Merece ser mencionado, contudo, o fato de que havia naquele ano 19 unidades com mais de 10% de seus residentes analfabetos e de que a pior situação (uma UDH de Senador Canedo que abrange domicílios das localidades de Estância Vargem Bonita e Solar das Auroras) melhorou consideravelmente esse quadro, saindo de uma taxa de analfabetismo de quase de 18% em 2000 para menos de 3% em 2010.

A chamada taxa de frequência líquida das crianças, de cinco a seis anos, mede a participação dessa população na importante fase pré-escolar. As UDHs em estudo têm aproximadamente 84% desse contingente frequentando alguma rede de ensino. Vale lembrar que desde 2009, em virtude da Emenda Constitucional nº 59, é obrigatória a matrícula de todas as crianças a partir dos quatro anos de idade¹⁴. Assim, apesar do percentual considerável de crianças em idade pré-escolar estarem frequentando um estabelecimento de ensino, há ainda 16% desses cidadãos fora do ambiente educacional e usurpados de seu direito. Salienta-se a existência de 22 UDHs com menos de 80% desse segmento nas escolas.

¹³ Claro que também pode ter havido o deslocamento de pessoas analfabetas para outras localidades.

¹⁴ Tal emenda foi regulamentada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

Há na sociedade brasileira, e na goiana especificamente, certa dificuldade em inserir o jovem no sistema educacional. Mais: sua permanência e continuidade nos estudos dentro da idade escolar ideal é ainda um problema demasiado. Porém, tem-se alcançado alguns avanços, sobretudo no ensino fundamental. Nesta modalidade a taxa de frequência líquida¹⁵, das UDHs de IDHM Alto, é superior aos 91%, apresentando uma queda em relação a 2000 que era superior a 93%. Mas ao se analisar a faixa etária dos 11 aos 13 anos, nota-se que 88,6% desse grupo estão nos anos finais do ensino fundamental, fase adequada para essas idades, ao passo que em 2000 esse percentual era menor que 70%.

Quando comparados com o ensino médio aqueles números se mostram bastante satisfatórios (na realidade são os resultados do ensino médio que estão muito aquém da necessidade). Apenas 68% dos jovens de 15 a 17 anos, das UDHs de desenvolvimento humano Alto, concluíram o ensino fundamental; e, nesse mesmo agrupamento etário e de localidades, somente 49,7% estão frequentando o ensino médio. Os dados para 2000 apontavam que meramente 42% de jovens entre 15 e 17 anos findaram o ensino fundamental e unicamente 36% desse segmento etário estavam frequentando o ensino médio. É possível se inferir que quando o jovem termina o ensino fundamental, as chances de ele continuar os estudos, adentrando no ensino médio, aumentam consideravelmente.

Dentro dessa mesma perspectiva, na população com 18 anos ou mais do território analisado, não mais que 62% tinham concluído o ensino fundamental em 2010. E mais, 22 UDHs estão abaixo desse percentual, sendo seis delas com proporções inferiores a 50% e nenhuma ultrapassa os 72% da população com ensino fundamental completo. Em 2000, a porcentagem de pessoas com mais de 17 anos com ensino fundamental completo era somente 44%, com 16 UDHs com menos de 40% e nenhuma com mais de 64%.

A situação é mais grave no âmbito da conclusão do ensino médio: a proporção das pessoas de 18 a 20 anos residentes das UDHs, em estudo que terminaram essa modalidade, é de apenas 47,6%. Existem sete unidades em que esse percentual não atinge 40% (uma delas tem apenas 33%¹⁶). Quando se leva em conta apenas o limite inferior de 18 anos, a porcentagem dos que possuem o ensino médio não atinge os 42%, com quatro UDHs abaixo dos 30% e nenhuma chegando aos 54%.

No tocante ao ensino superior, apenas 9% da população de 25 anos ou mais, das UDHs de IDHM Alto, concluíram esse nível de ensino. Houve certa evolução na última década, pois em 2000 eram somente 3%, percentual esse que é o menor de uma UDH em 2010. A UDH Brazabrantas (o próprio município) apresenta tal porcentagem de residentes com curso superior. Por outro lado, merece menção a evolução da UDH Região Papillon: Papillon Park de Aparecida de Goiânia e da UDH Unidade Territorial de Planejamento Finsocial de Goiânia: a primeira tinha 1% de pessoas que terminaram o

¹⁵ Percentual do número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado em relação à população total dessa mesma faixa etária.

¹⁶ UDH Garavelo: Garavelo Residencial Park/Jardim Helvécia/Bairro Cardoso em Aparecida de Goiânia.

ensino superior em 2000 e a segunda, irrisórios 0,7%, em 2010 alcançaram os percentuais de 9% e 5,6%, aumento de 800% e 700%, respectivamente.

4.3 Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano com IDHM Médio

Neste tópico será abordado o grupo de Unidades de Desenvolvimento Humano – UDH – que estão classificadas com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Médio. Na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), em 2010, existiam 69 UDHs nessa situação. Esse total representa 27% das 256 UDHs da região. Do total de municípios que formam a região metropolitana, 12 apresentam áreas nesta faixa, totalizando as 69 UDHs. A Tabela 11 apresenta a distribuição por municípios e a representatividade destas UDHs sobre o total de cada município.

Tabela 11: Número de UDHs com índice Médio por município – 2010

Município	IDHM Médio	% sobre o total
Aparecida de Goiânia	14	34,1%
Aragoiânia	1	100%
Bonfinópolis	1	100%
Caldazinha	1	100%
Caturai	1	100%
Goiânia	16	10,3%
Goianira	9	81,8%
Guapó	1	100%
Inhumas	4	50,0%
Senador Canedo	7	63,6%
Terezópolis de Goiás	1	100%
Trindade	13	76,4%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

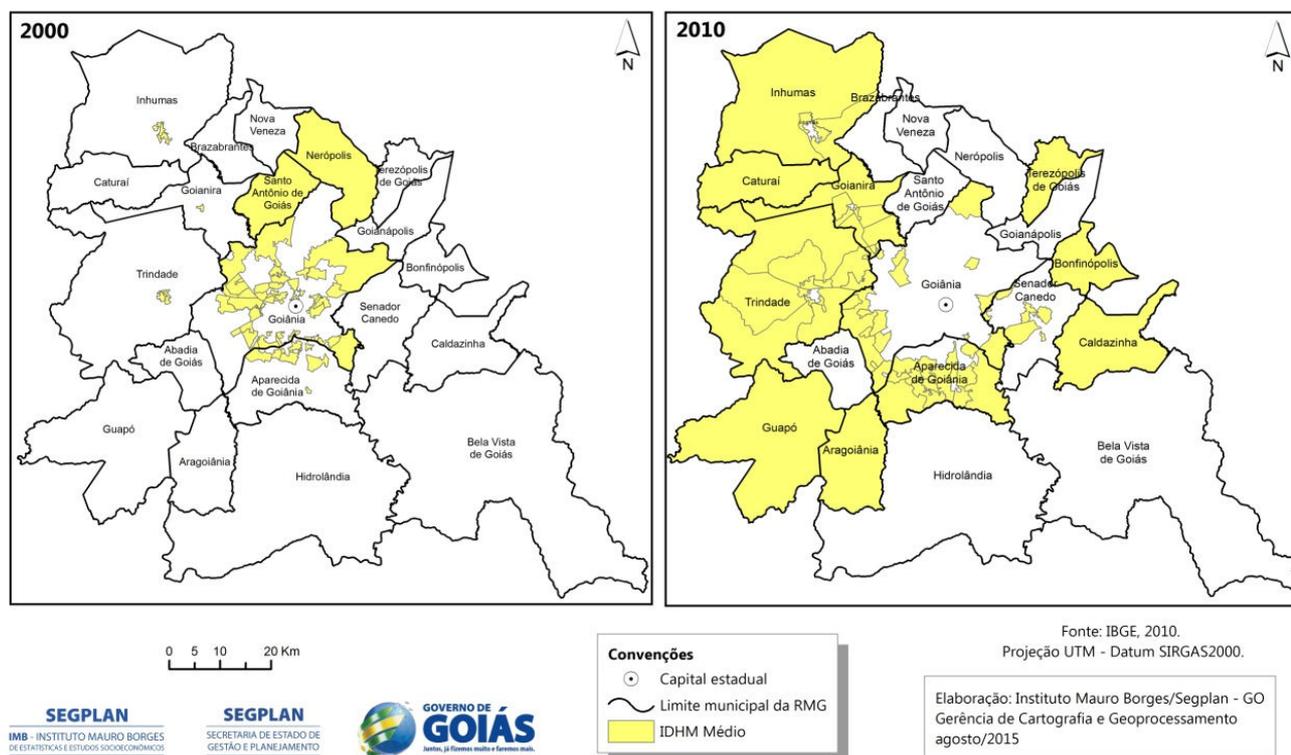
Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Em primeiro lugar, os municípios que estão com 100%, são aqueles que não foram divididos, ou seja, toda a área representa uma UDH. Por outro lado, os municípios de Goiânia, Goianira, Inhumas, Senador Canedo e Trindade apresentam um núcleo em que os indicadores são melhores, relacionados às áreas urbanas, e que vai diminuindo no sentido centro-periferia. Porém, em Aparecida de Goiânia, por sua vez, predomina um melhor indicador na região de fronteira com Goiânia, o que demonstra a importância que a capital exerce sobre o município.

A Figura 13 mostra a distribuição das UDHs de nível Médio nos anos 2000 e 2010. No ano 2000 havia 59 UDHs com indicador Médio e destas, duas permaneceram na faixa de IDHM Médio e as demais passaram para faixas maiores, Alto e Muito Alto. Desta forma, conforme apontado acima, as 69 UDHs existentes em 2010 foram formadas por aquelas que estavam nos níveis Baixo e Muito Baixo, as duas unidades que permaneceram no nível Médio e também pela criação de outras cinco unidades dentro

do período analisado. A área que abrange as unidades com IDHM Médio aumentou 394%, saindo de 691,86 km² para 3.416,13 km², entre 2000 e 2010, respectivamente. Neste caso houve uma queda na densidade demográfica, de 750,53 hab/km² para 215,50 hab/km².

Figura 13: UDHS com IDHM Médio – Região Metropolitana de Goiânia – 2000 e 2010



Em termos populacionais, estas UDHS representam um terço da população da região metropolitana. As UDHS, que estão com o índice Médio em 2010, apresentavam no ano 2000 uma população de 519.266 pessoas, ou seja, houve um aumento populacional de 42%. A Tabela 12 apresenta, para 2010, a divisão da população por gênero e pela zona.

Tabela 12: População das UDHS com índice Médio por gênero e zona – 2010

Município	Gênero		Zona	
	Homem	Mulher	Rural	Urbana
Aparecida de Goiânia	142.741	142.311	464	284.588
Aragoiânia	4.265	4.100	2.837	5.528
Bonfinópolis	3.777	3.759	515	7.021
Caldazinha	1.689	1.636	1.407	1.918
Caturá	2.398	2.288	1.022	3.664
Goiânia	98.986	101.933	1.477	199.442
Goianira	14.969	14.813	609	29.173
Guapó	6.970	7.006	2.643	11.333
Inhumas	13.857	14.052	3.143	24.766
Senador Canedo	30.905	30.982	0	61.887
Terezópolis de Goiás	3.346	3.215	884	5.677
Trindade	42.882	43.326	4.382	81.826
Total	366.785	369.421	19.383	716.823

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Contudo, por ser um indicador que sintetiza outras três variáveis, o IDHM geral pode superestimar as informações no momento de sua síntese. Desta forma, cabe realizar a análise das dimensões longevidade, educação e renda separadamente e observar a situação de cada uma nas UDHS.

Por fim, o que poderá ser observado a seguir é que ao analisar as UDHS em cada dimensão do IDHM existem algumas regiões que constantemente se repetem entre os piores indicadores. Assim, dada a complexidade social, torna-se necessário, com o auxílio dos dados obtidos, a verificação *in loco* das diferentes realidades para que as políticas elaboradas possam ser melhor desenhadas.

4.3.1 A Longevidade nas UDHS de Desenvolvimento Humano Médio

Na dimensão longevidade as 69 UDHS estão nas faixas; Muito Alto e Alto. A Tabela 13 apresenta as 10 melhores neste indicador, tendo os seis primeiros um indicador Muito Alto.

Tabela 13: 10 melhores UDHs no IDHM Longevidade – 2010

Município	UDH	IDHM Longevidade
Aragoiânia	Aragoiânia	0,837
Guapó	Guapó	0,826
Bonfinópolis	Bonfinópolis	0,817
Caturai	Caturai	0,815
Caldazinha	Caldazinha	0,814
Trindade	Setor Morada do Bosque/Setor Maysa/Jardim Ipanema/Jardim Marista	0,812
Terezópolis de Goiás	Terezópolis de Goiás	0,799
Aparecida de Goiânia	Papillon: Veiga Jardim/Terra Prometida/Polo Empresarial	0,792
Aparecida de Goiânia	Santa Luzia/Jardim Olímpico/Parque Trindade/Parque São Jorge	0,792
Aparecida de Goiânia	Região Vila Brasília: Santa Mônica/Vila Maria	0,792

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A esperança de vida ao nascer na UDH de Aragoiânia, em 2010, era de 75,19 anos, ao passo que em 2000 estava em 69,92 anos. Por outro lado, na última posição no IDHM Longevidade está a UDH Região Tiradentes: Maranata/Jardim Dom Bosco/Ipê/Madre Germana, na cidade de Aparecida de Goiânia, com uma esperança de vida ao nascer de 69,01 anos, em 2010, permanecendo estável durante a década analisada.

Quando se aborda os dados sobre a mortalidade infantil, para crianças até um ano de idade, as menores taxas se encontram nas áreas que apresentam maior IDHM de Longevidade, por exemplo, Aragoiânia tem o menor índice de mortalidade infantil com 12,9 em 2010. Quando se analisa a mortalidade infantil no ano 2000, os dados mostram que o menor índice era de 23,4 e o maior chegava a 35,4, tendo uma média de 30,37. Em 2010, apesar de uma melhora no indicador, a diferença entre o menor e o maior índice ainda é grande, sendo 12,9 e 23 respectivamente, entretanto, a média caiu para 20,10. As unidades da Região Central (Jardim das Acácias, Ana Rosa, Int. Parque, Alv. Sul) e Região Tiradentes (Maranata, Jardim Dom Bosco, Ipê, Madre Germana), ambas em Aparecida de Goiânia, são aquelas que têm um índice de 23 mortes por mil crianças nascidas vivas, e que precisariam de políticas específicas para a redução deste indicador.

É importante considerar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera aceitável um índice de 10 mortes para cada mil nascimentos, ou seja, o menor índice entre as UDHs de nível Médio ainda estaria acima da aceitabilidade.

Outro dado importante é que, no geral, houve um aumento no número de pessoas acima de 65 anos nas UDHs. Em 2000 havia pouco mais de 15.500 pessoas; por outro lado, no ano de 2010, este número se elevou para mais de 30.000 pessoas nestas condições, o que demonstra a necessidade de se começar a pensar em políticas direcionadas para estas pessoas, seja na questão de atividades lúdicas até o atendimento à saúde. Este aumento é corroborado pelo aumento da taxa de

envelhecimento populacional – razão entre população de 65 anos ou mais e a população total – pois no ano 2000 a taxa média foi de 3,55% e em 2010 chegou a 4,58%. A melhoria das condições de vida da população contribuiu para que as pessoas pudessem viver por mais tempo, e há uma tendência de crescimento da esperança de vida.

4.3.2 A Renda nas UDHs de Desenvolvimento Humano Médio

Quando se trata da variável renda *per capita*, que gera o IDHM Renda, 65 UDHs apresentam esta variável na faixa Média e quatro com um índice Alto. Das quatro unidades, uma é o próprio município de Guapó e as outras três estão em Aparecida de Goiânia – Papillon: Veiga Jardim/Terra Prometida/Polo Empresarial, Santa Luzia/ Jardim Olímpico/Parque Trindade/Parque São Jorge e Região Vila Brasília: Santa Mônica/Vila Maria.

Ainda considerando as quatro melhores UDHs, entre as unidades de nível Médio, a renda *per capita* média, em 2010, é de R\$ 630,82. É um valor baixo, visto que alcança 5% do total de UDHs com IDHM Médio e também por ser um valor um pouco abaixo do máximo alcançado por este grupo, como será visto a seguir.

Tratando das 69 unidades, a renda *per capita* média cai para R\$ 498,46, entretanto com uma variação entre o mínimo de R\$ 387,06 e máximo de R\$ 657,02. Esta variação na renda *per capita* se relaciona com o percentual de pobres, formado por indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 mensais, valor de 2010, e que entre as UDHs apresentam uma grande variação entre as regiões, conforme a Tabela 14, que mostra as cinco regiões com maior e menor percentual de pobreza.

Tabela 14: Percentual de pobres – 2010

5 maiores percentuais por UDH		
Município	UDH	Percentual
Goiânia	Unidade Territorial de Planejamento São Domingos	15,1
Goiânia	Dourados	15,1
Goiânia	Residencial Jardins do Cerrado/Residencial Mundo Novo	15,1
Goiânia	Residencial Buena Vista	15,1
Trindade	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	14,2
5 menores percentuais por UDH		
Município	UDH	Percentual
Goiânia	Unidade Territorial de Planejamento Parque Santa Rita: Sul do Setor Eli Forte	3,7
Goiânia	Unidade Territorial de Planejamento Vila Rizzo	3,7
Goiânia	Unidade Territorial de Planejamento Oeste: Jardim Conquista/Parque Bom Jesus	3,7
Inhumas	Vila Jandira/Santa Cássia/Jardim JK/Polo Confeccionista	2,54
Inhumas	Vila Mutirão/Bela Vista/Morada Do Sol/Vila América	2,54

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

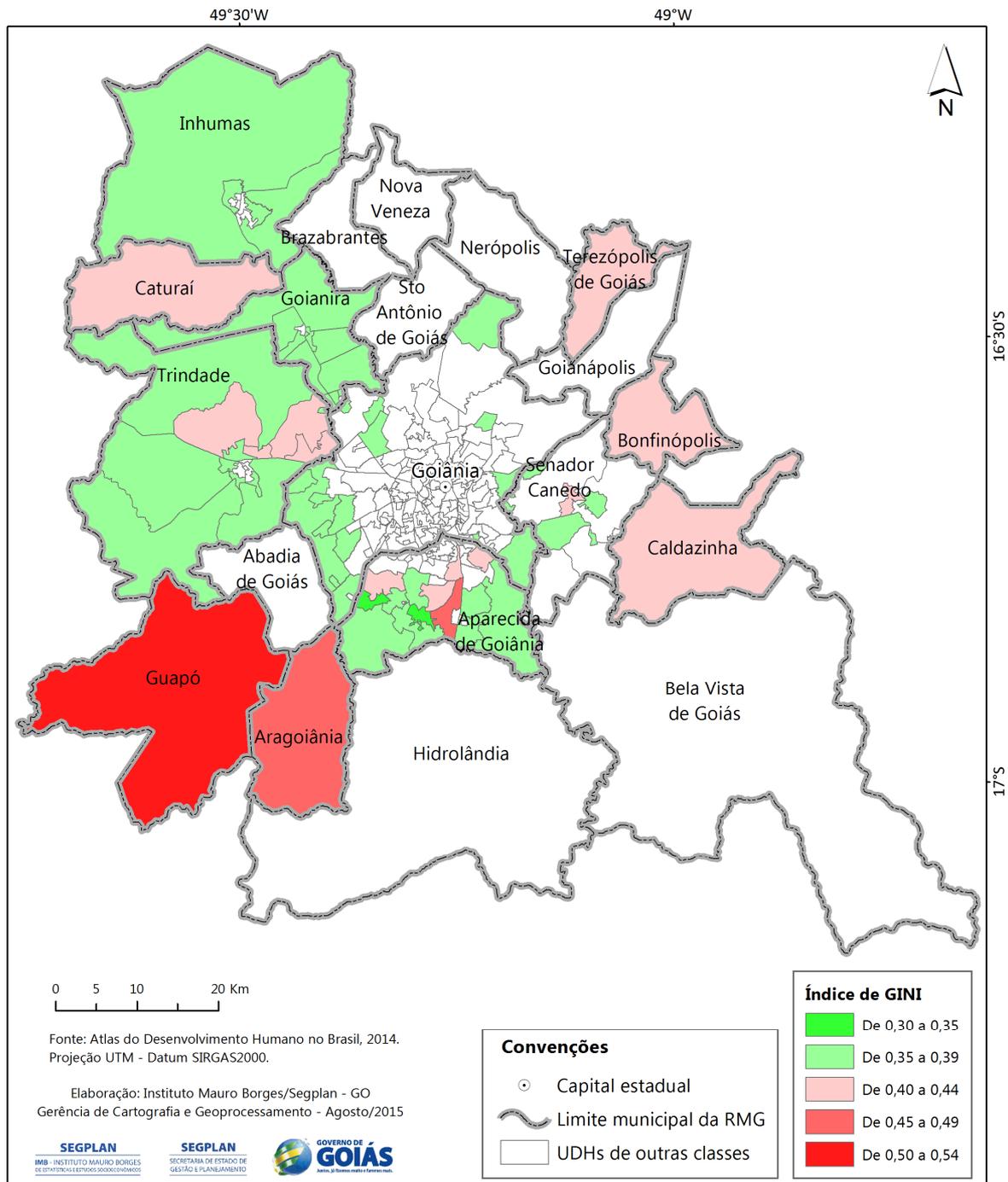
Entre as cinco regiões com maior percentual de pobreza, três – Dourados, Residencial Jardins do Cerrado/Novo Mundo e Buena Vista – não existiam no ano 2000. Já as cinco regiões com menores percentuais tinham valores próximos a 20% no ano 2000, o que significa uma queda importante na década.

Na análise do grau de formalidade dos empregos gerados nestas unidades há uma diferença de mais de 30% entre a melhor e a pior UDH. Há doze unidades com um grau de formalização menor do que 50%, sendo a maior taxa de 66,19% e a menor de 34,44%. Os índices abaixo de 50% aparecem em municípios de menor atividade econômica – Caturai, Terezópolis de Goiás, Guapó, Aragoiânia, Bonfinópolis, Inhumas, Caldazinha e Trindade. Neste caso, é preciso considerar que Inhumas e Trindade são municípios em que há divisão das UDHs, logo, outras unidades apresentam valores e análises diferenciadas. O problema da falta de formalidade é a insegurança gerada e também a restrição de acesso a direitos trabalhistas pela população dos municípios. O desafio neste caso se dá por buscar a diversificação econômica e, conseqüentemente, uma geração de trabalho formal.

Na análise de rendimentos, considerando o salário mínimo de R\$ 510,00 no ano de 2010, os dados demonstram uma renda baixa para a população destas UDHs. Nota-se que 79,33% das pessoas acima de 18 anos e ocupadas recebiam até dois salários mínimos; quando a análise passa para quem ganha até três salários, este percentual passa para 91%. Sendo assim, a renda obtida pela população destas unidades é baixa e, conseqüentemente, afeta o desenvolvimento socioeconômico.

Quando se trata da análise do índice de Gini, as UDHs médias variam entre 0,34 a 0,54. Há 53 UDHs com um índice menor que 0,40, ou seja, 77% do total; com índice entre 0,40 e 0,50 há 15 unidades; e uma delas, na cidade de Guapó, tem um índice de 0,54. A Figura 14 apresenta a distribuição do índice de Gini para as UDHs médias. São UDHs que pelos índices apresentados têm baixo grau de desigualdade, porém, são unidades em que a renda domiciliar é baixa.

Figura 14: Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* das UDHS de IDHM Médio da Região Metropolitana de Goiânia – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

4.3.3 A Educação nas UDHS de Desenvolvimento Humano Médio

Como direito social básico, nota-se que houve pouca evolução no período de uma década para a variável educação. No que diz respeito às 69 UDHS, 30 estavam com IDHM Educação Médio, em 2010, portanto, 56% das UDHS apresentavam um índice

Muito Baixo ou Baixo no IDHM Educação. De 12 municípios com UDHS de índice Médio, 11 têm este baixo desempenho no IDHM Educação. A exceção fica por conta do município de Terezópolis de Goiás que tem um índice Médio.

Na Tabela 15 é possível observar uma comparação entre faixas de população e taxa de analfabetismo entre 2000 e 2010.

Tabela 15: População e taxa de analfabetismo por faixa de idade – 2000 e 2010

	População		Taxa de Analfabetismo	
	2000	2010	2000	2010
População de 11 a 14 anos	44.610	58.239	2,80	2,48
População de 15 a 17 anos	32.735	42.457	2,80	1,71
População de 18 a 24 anos	76.514	97.909	4,19	1,81
População de 25 anos ou mais	238.648	394.971	17,63	11,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Apesar da queda na taxa de analfabetismo das faixas de população consideradas, é preciso observar também o crescimento populacional e compreender que a média esconde realidades díspares. Como forma de exemplo, a Tabela 16 mostra, por faixa de idade, as cinco piores taxas de analfabetismo por UDHS em 2010.

Tabela 16: Piores taxas de analfabetismo por UDHs – 2010

Município	População de 11 a 14 anos	Tx. Analfabetismo
Goiânia	Residencial Buena Vista	8,16
Trindade	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	5,68
Trindade	Setor São Sebastião/Vila São Cotollengo	5,49
Goiânia	Residencial Jardins do Cerrado/Residencial Mundo Novo	5,09
Goiânia	Dourados	4,62
	População de 15 a 17 anos	Tx. Analfabetismo
Trindade	Setor São Sebastião/Vila São Cotollengo	10,00
Goiânia	Residencial Buena Vista	5,51
Trindade	Povoado do Cedro	4,17
Goianira	Residencial Solar das Paineiras	4,04
Guapó	Guapó	3,44
	População de 18 a 24 anos	Tx. Analfabetismo
Aparecida de Goiânia	Centro/Pedreira Izaíra/Leste/Terra do Sol/Santa Cecília	7,84
Trindade	Setor São Sebastião/Vila São Cotollengo	7,25
Trindade	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	5,99
Goiânia	Residencial Buena Vista	4,64
Goianira	Residencial Solar das Paineiras	4,44
	População com mais de 25 anos	Tx. Analfabetismo
Trindade	Povoado do Cedro	22,6
Trindade	Residencial Santa Fé/Setor Laguna Park/Setor Vida Nova	22,25
Trindade	Distrito Santa Maria	21,72
Trindade	Samarah/Jardim Decolores/Clube do Lago/Setor Bela Vista	19,38
Goiânia	Residencial Buena Vista	19,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

O que se pode extrair do exemplo acima é a complexidade em compreender e tratar regiões específicas, buscando suprir possíveis carências. Entre as cinco faixas de população há uma constância das cidades de Trindade e Goiânia, e especificamente na capital, a UDH Residencial Buena Vista.

A porcentagem da população de cinco a seis anos que frequentava a escola no ano 2000 era de 63,52%, passando para 81% em 2010. A Tabela 17 apresenta uma descrição das 10 piores e 10 melhores UDHs nesta faixa de frequência escolar, considerando o ano de 2010 como referência de ordenamento. Nesta tabela, as 10 piores UDHs estão nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, por outro lado as 10 melhores se dividem pelos municípios de Senador Canedo, Aragoiânia, Goianira e

Inhumas. Além disso, no ano de 2010, 32 UDHS tinham uma taxa de frequência para crianças de cinco a seis anos menor que 80%.

Tabela 17: As 10 piores e as 10 melhores taxas de frequência escolar para crianças de cinco a seis anos – 2000 e 2010

	Frequência de cinco a seis anos		População de cinco a seis anos	
10 Piores				
UDHs	2010	2000	2010	2000
Região Central: Centro/Jardim Paraíso/Garavelo/Araguaia	56,34	65,83	1.174	829
Garavelo: Residencial Pôr do Sol/Tropical/Buriti Sereno/APP	56,92	68,57	1.171	1.014
Unidade Territorial de Planejamento São Domingos	57,95	66,36	794	1.349
Dourados	57,95	*	213	7
Residencial Jardins do Cerrado/Residencial Mundo Novo	57,95	*	505	7
Residencial Buena Vista	57,95	*	126	7
Independência Mansões/Jardins Florença/Virgínia Park	61,32	44,89	1.474	1.584
Região Central: Jardim das Acácias/Ana Rosa/INT Parque/ALV Sul	63,76	44,22	549	317
Região Tiradentes: Maranata/Jardim Dom Bosco/Ipê/Madre Germana	63,76	44,22	888	895
Madre Germana/Itaipu/Esmeraldas	64,53	49,86	930	877
10 melhores				
UDHs	2010	2000	2010	2000
Vila Matinha/Parque Alvorada I e II/Jardim Liberdade	95,72	55,41	734	759
Aragoiânia	96,05	78,15	254	277
Jardim Regina/Setor Boa Vista/Parque dos Girassóis	97,45	80,57	124	87
Loteamento San Diego/Parque Los Angeles/Cora Coralina	97,45	80,57	97	79
Recanto das Águas/Boa Vista/Setor Delta/Parque Solimões	97,45	80,57	187	111
Residencial Solar das Paineiras	97,45	40,54	107	20
Jussara/Anhanguera/Santa Rita/José Ferreira/Saleiro	97,86	85,45	307	321
Vila Quilombo	97,86	80,57	90	132
Vila Jandira/Santa Cássia/Jardim JK/Polo Confeccionista	100	85,45	160	212
Vila Mutirão/Bela Vista/Morada Do Sol/Vila América	100	85,45	255	262

* Sem informação na base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Quando se trata da população de 11 a 13 anos, neste caso que frequenta os anos finais ou já concluiu o ensino fundamental, a taxa média de frequência deste grupo, no ano 2000, era de 54,73% e em 2010 passa para 85,82%. Nesta faixa de população, em

2010, a menor taxa de frequência está na cidade de Aparecida de Goiânia, na UDH Região Central: Jardim das Acácias/Ana Rosa/INT Parque/ALV Sul, com 77,48% e a maior aparece na cidade de Goiânia, UDH Unidade Territorial de Planejamento Mutirão/Unidade Territorial de Planejamento Curitiba, com uma taxa de 94,12%. Nesta faixa de análise nota-se que a diferença entre o maior e o menor percentual é baixa se comparada à população de cinco a seis anos. É notória a maior consistência na inclusão escolar para esta faixa etária, ainda assim, há dificuldade em incluir esta população na escola e ao menos garantir a educação fundamental.

Para a população entre 15 e 17 anos há uma baixa taxa de concluintes do ensino fundamental. No ano 2000, em média, esta taxa foi de 26,51%, passando para média de 55,86% em 2010. Apesar deste aumento, é preciso refletir que, em 2010, 44,0% destes jovens vão compor uma força de trabalho não qualificada, ou participar das estatísticas de jovens que não estudam ou não trabalham.

A população acima de 18 anos e com ensino fundamental concluído, em 2010, apresentou uma taxa média de 46,78% ante 27,17% em 2000. Não é possível dizer que alguma UDH apresentou uma melhora significativa nesta taxa ao longo do tempo. A menor e a maior taxa, em 2010, foram de 31,72% e 58,7%, respectivamente. Esta é uma faixa populacional que, provavelmente, está voltada para o mercado de trabalho, desta forma dificultando as chances de reinclusão escolar, com objetivo de melhorar o nível educacional.

Outra variável, que reflete a dificuldade enfrentada pelas UDHs de nível Médio, é a taxa de jovens entre 18 e 20 anos que já concluíram o ensino médio. A média em 2010 era de 33,94%, porém, as piores UDHs, neste indicador, estão em Goianira – Jardim Regina/Setor Boa Vista/ Parque dos Girassóis, Loteamento San Diego/Parque Los Angeles/ Cora Coralina, Recanto das Águas/Boa Vista/ Setor Delta/ Parque Solimões e Residencial Solar das Paineiras – com 22,29% e a melhor é o município de Terezópolis de Goiás com a taxa de 49,73%.

Por fim, o percentual de pessoas com mais de 25 anos e nível superior em 2010 tem uma média de 3,18%. Com este percentual, nota-se são valores muito aquém das áreas com Alto e Muito Alto IDHM.

De maneira geral, as UDHs de nível Médio apresentam uma baixa escolaridade e ao mesmo tempo têm uma população com baixa frequência escolar. É importante que haja ações e políticas públicas no sentido de reverter tal situação e garantir que as novas gerações tenham pleno acesso ao sistema de ensino em todas suas modalidades. Tal prerrogativa atende ao preceito universal da educação como um direito básico e fundamental, além de ser um instrumento primordial para a mudança na condição social das parcelas mais carentes.

Considerações Finais

Este estudo buscou analisar as transformações e o desenvolvimento humano ocorrido na Região Metropolitana de Goiânia, por meio da análise das 256 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) que compõem esta região tendo o IDHM como referencial norteador. O recorte em UDHs visa agregar áreas mais homogêneas no que se refere às condições socioeconômicas e revelar assimetrias no que tange ao desenvolvimento humano interno da RMG. Assim, o IDHM, nessa escala, fornece informações mais próximas da realidade do cidadão, possibilitando conhecer as desigualdades socioespaciais em nível intrametropolitano, bem como a comparabilidade dos avanços nas décadas de 2000 e 2010.

Ao se estudar uma região metropolitana, deve-se considerar que essa é formada por vários municípios e cada qual com suas especificidades, porém com relações de complementaridade de trocas comerciais e de força de trabalho ao redor de um polo metropolitano, que devido a sua maior dinâmica econômica, exerce uma força centrípeta nos municípios circunvizinhos, gerando uma rede hierárquica de cidades (ARRAIS, 2013). Neste caso, o pólo metropolitano é a própria capital Goiânia. Em conformidade com o processo metropolitano nota-se, no estudo, não apenas a grande quantidade de UDHs na capital como também a concentração das UDHs com IDHM mais elevado nesta cidade. No ano 2000, das 37 UDHs com IDHM Muito Alto apenas uma se encontrava fora de Goiânia. Em 2010, 108 UDHs atingiram esta classe de desenvolvimento humano, destas 21 se localizavam fora de Goiânia e estavam localizadas em somente quatro outros municípios (Aparecida de Goiânia, Trindade, Inhumas e Senador Canedo).

A primeira década do terceiro milênio foi de grandes avanços no desenvolvimento humano da Região Metropolitana de Goiânia. Em 2000, a RMG encontrava-se na faixa de Médio IDHM (0,667), passando em 2010 para a faixa de Alto IDHM (0,769). Em 2000, 31% das UDHs se situavam numa condição de Baixo ou Muito Baixo desenvolvimento humano, inexistindo tais situações em 2010. Apenas com relação às UDHs de IDHM Muito Alto houve um expressivo aumento de aproximadamente 192% de UDHs nesta classe. É importante notar que a melhora dos indicadores se deu não apenas no IDHM geral como em todas as dimensões que compõem o índice.

A dimensão com melhores resultados é a longevidade. No ano 2000, 118 UDHs tinham IDHM-L Muito Alto, 123 Alto e, com os piores índices, apenas 4 no nível Médio. Em 2010, a maioria absoluta de UDHs, 192, obtiveram IDHM-L Muito Alto e 64 Alto, sendo que nenhuma em patamares mais baixos. A segunda dimensão com os melhores índices é a da renda e também demonstrou grandes avanços na década. Se em 2000 havia 41 UDHs com IDHM-R Baixo, em 2010 não havia nenhuma. A quantidade de UDHs que atingiram o patamar de renda Muito Alto quase dobrou no período, saindo de 43 em 2000 para 84 dez anos depois.

Apesar de todas as melhorias observadas, a educação continua a ser um grande desafio para o desenvolvimento humano da RMG. Esta é a única dimensão que, ainda

em 2010, apresentou UDHS nas faixas Muito Baixo (2) e Baixo (37). Ainda assim se constatou avanços: no ano 2000, o número de UDHS nestas faixas era de 94 e 50, respectivamente. Com relação à educação, nota-se o grande desafio do ensino médio. Mesmo com o aumento no período de 21,55% na proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, menos da metade dos jovens nessa faixa etária já havia concluído este nível de ensino.

Outro parâmetro utilizado neste estudo foi o índice de Gini, que relaciona a renda para medir o grau de desigualdade existente internamente nas UDHS. Em 2000, o Gini da região era de 0,61 e passou a 0,57 em 2010. Ou seja, apesar da melhora deste índice, a desigualdade na RMG continua muito elevada. Observou-se que, em termos gerais, quanto menor o IDHM, melhor o índice, ou seja, nas UDHS com maior desenvolvimento humano se verifica maior concentração de renda. Em 2010, a menor desigualdade de renda se localiza nas UDHS na faixa de Médio IDHM. Esse índice variou entre 0,34, nas UDHS com melhor distribuição de renda, e 0,59 nas UDHS com maior concentração de renda. Vale ressaltar que essa estratificação segue a tendência da curva de Gini brasileira, em que se observa uma maior concentração quando se aproxima da extremidade mais rica, enquanto no início da curva, essa tende a manter um padrão menos desigual.

Fenômeno relevante que se intensificou nesta década na RMG foi a grande expansão no número de condomínios fechados. Usualmente localizados em áreas afastadas do centro metropolitano, estes condomínios exigem altos investimentos públicos, por exemplo, na construção de vias de acesso, para a melhor funcionalidade demandada por seus moradores. Estas urbanizações privadas causam grandes alterações na paisagem urbana e na noção de cidade para seus habitantes e vizinhos. Cercados por grandes muros que isolam os moradores de seus vizinhos, estes condomínios geram contrastes não apenas visuais como também socioeconômicos, tornando pessoas espacialmente próximas distantes social e afetivamente. Cabe ressaltar que, à medida que ganha força a ideia dos condomínios fechados, surgem condomínios não apenas de alto padrão como também de níveis de renda inferiores. Desta forma, tanto pessoas de alta renda quanto de estratos inferiores passam a privilegiar a vivência em espaços privados aos espaços públicos da cidade.

Atrelado ao fenômeno da conurbação, em que limites municipais se confundem, a RMG se espraia pelo aumento da força de atratividade da capital de maneira contígua. Nesse processo, novas áreas foram se agregando à região (nove municípios são incorporados ao ente metropolitano) e surgem locais antes não habitados – 11 UDHS apareceram na composição do grupo em 2010. Tais mecanismos desencadeiam mudanças que interferem na dinâmica de toda a região metropolitana. A acentuada queda da densidade demográfica denota bem os ajustes necessários a partir das novas incorporações territoriais: a metrópole coesa dá lugar a uma esparsa, mas não deixando de ser concentrada.

Este processo de conurbação em constante transformação e expansão, para além dos avanços verificados no período analisado, exige uma maior integração social e política entre os municípios. Para tanto, são necessários novos arranjos administrativos e

políticos que comportem toda a complexidade da Região Metropolitana e as realidades internas de cada município. Aspectos como as políticas fundiárias e tributárias necessitam de uma gestão compartilhada que busque a descentralização e o desenvolvimento equânime, não somente de todos os municípios que integram a Região Metropolitana de Goiânia como também as diversas e heterogêneas Unidades de Desenvolvimento Humano nela localizadas.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2013.

Atlas Brasil. Disponível no site: <http://www.atlasbrasil.org.br>

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2014.

FONSECA, MARÍLIA. **Políticas Públicas para a Qualidade da Educação Brasileira: entre o Utilitarismo Econômico e a Responsabilidade Social.** In: Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GOIÁS. **Estatísticas Básicas - Encarte da Revista Economia & Desenvolvimento nº 31.** Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Segplan, 2013.

THE WORLD FACTBOOK. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>. Acesso em 05 de agosto de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rede e fluxos do território: gestão do território.** Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro, 2007.

IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Mobilidade pendular da população em Goiás,** 2012.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo.** Revista de Geografia Norte Grande, 2008. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-34022008000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

ONU HABITAT. Construcción de Ciudades más Equitativas: Políticas Públicas para La Inclusión em América Latina, marzo 2014. Disponível em: <http://unhabitat.org/books/construccion-de-ciudades-mas-equitativas-politicas-publicas-para-la-inclusion-en-america-latina>.

ONU HABITAT. State of World's Cities 2012/2013, Prosperity of Cities. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3387&AspxAutoDetectCookieSupport=1>.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1997.

VELOSO, Fernando. A Evolução Recente e Propostas para a Melhoria da Educação no Brasil. In: BACHA, Edmar Lisboa; SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: a nova agenda social.** Rio de Janeiro: LTC, 2011. p 215-253.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Elaboração:

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Juliana Dias Lopes – Coordenação – Pesquisadora em Economia

Lucelena Fátima de Melo - SECIMA-GO

Marcos Fernando Arriel – Gerente

Murilo Rosa Macedo – Pesquisador em Ciências Sociais

Paulo Jackson Bezerra Vianna - Pesquisador em Economia

Rafael dos Reis Costa – Pesquisador em Economia

Rui Rocha Gomes – Pesquisador em Geografia

Cartogramas

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Publicação via web

Bruno Miranda de Oliveira

Arte e capa

Jaqueline Vasconcelos Braga

Revisão

Gleydson Vieira da Silva

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Novembro - 2015

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

**GOVERNO DE
GOIÁS**

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS

Análise das Unidades de
Desenvolvimento Humano da
Região Metropolitana de
Goiânia pelo IDHM

2000
&
2010



Novembro - 2015